



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

## CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

### Ata da 83<sup>a</sup> reunião ordinária, realizada em 28 de janeiro de 2022

1 Em 28 de janeiro de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara de  
2 Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental  
3 (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de  
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) em  
5 Belo Horizonte. Participaram o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão,  
6 representante da Semad e os seguintes conselheiros titulares e  
7 suplentes: Representantes do Poder Público: Veronica Ildefonso Cunha  
8 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Renata Muinhos  
9 Pereira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);  
10 Joana Moraes Rebelo Horta L., da Secretaria de Estado de Trabalho e  
11 Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da  
12 Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig);  
13 Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração  
14 (ANM). Representantes da Sociedade Civil: Denise Bernardes Couto, do  
15 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra);  
16 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de  
17 Minas (Fiemg); José Ângelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao  
18 Parque Estadual do Rio Doce; Pedro Tavares Lima, da Associação para  
19 Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo  
20 Orsini Nunes de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME);  
21 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e  
22 Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO**  
23 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta  
24 a 83<sup>a</sup> reunião da Câmara de Atividades Minerárias, após constatado o  
25 quórum regimental pela Secretaria Executiva, ressaltou o início da  
26 primeira reunião do ano e pediu que Deus abençoasse as ações e  
27 decisões no decorrer do ano. Na sequência exibiu 2 vídeos institucionais.  
28 **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
29 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: passou a palavra ao  
30 conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME):  
31 “Primeiramente, eu queria parabenizar o IEF, nova visão muito  
32 importante, muito segura e principalmente a forma competente das  
33 atividades da mulher no IEF. A presença da mulher é muito importante.  
34 Então, esse é o primeiro ponto que eu queria falar. O segundo assunto  
35 presidente, colegas conselheiros, meu bom dia. Eu queria tocar no  
36 assunto, que é bastante importante e foi bastante importante e nos deixa  
37

38 com uma preocupação muito grande. A chamada pluviometria  
39 elevadíssima e suas consequências nas atividades minerárias. Eu refiro-  
40 me aos eventos pluviométricos que ocorreram na primeira semana do ano  
41 de 2022 e que resultaram em inúmeros acidentes de inundações e de  
42 movimento de massas na região central do estado de Minas Gerais,  
43 incluindo diversas áreas minerárias. Inclusive até com paralisação de  
44 atividades minerárias em diversos pontos. Desde o início do ano  
45 hidrológico 2021-**2022**, tem-se verificado uma temporada extremamente  
46 chuvosa na região Central de Minas Gerais. A partir do mês de setembro  
47 de 2021 até meados de janeiro 2022, a precipitação acumulada na área  
48 central do quadrilátero ferrífero já alcançava cerca de 1.600 mm, o  
49 equivalente à média total anual. No início do mês de janeiro de 2022, os  
50 eventos de altas concentrações volumétricas de precipitação  
51 intensificaram-se, causando inundações ao longo dos principais rios e  
52 colapsos de diversas estruturas hidráulicas, tais como pontes, bueiros,  
53 estradas com reflexo na segurança geotécnica de aterros e cortes. Os  
54 movimentos de massa foram generalizados com deslizamento de  
55 encostas, greides de rodovias, inclusive com vítimas fatais, em alguns  
56 casos. Normalmente, considera-se que os eventos de grande intensidade  
57 e de curta duração são determinantes para o dimensionamento e  
58 avaliação de desempenho dos sistemas de drenagem, enquanto  
59 elevadas alturas de chuvas acumuladas em maiores intervalos de tempo,  
60 superiores a um dia, normalmente são causadores das cheias dos  
61 grandes rios e dos eventos de movimentos de massa. Eu tive  
62 oportunidade de verificar ao vivo, não só a situação do Rio das Velhas  
63 como, principalmente, no Rio Paraopeba. Constata-se que os eventos de  
64 chuva no período foram bastante excepcionais, predominando  
65 frequências na faixa de 200 a 500 anos, de período de retorno. Mas,  
66 atingido a 1.000 anos para os eventos de 3 a 5 dias de duração. Eu tive  
67 a oportunidade, meus colegas, de estar com uma das figuras mais  
68 importantes da hidrologia de Minas Gerais, nosso professor, doutor Mário  
69 Cicarelli, e pude com ele visitar alguns pontos que realmente foram um  
70 desastre. A conclusão que a gente tira é que mais uma vez, deveríamos  
71 nos preocupar com as alterações climáticas da terra. E olhar para o futuro  
72 eu deixo aqui essa minha recomendação e para a reflexão de todos. Muito  
73 obrigado.". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: passou a palavra  
74 ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): "Bom dia a todos! Em  
75 primeiro lugar eu gostaria de registrar o nosso repúdio ao Decreto  
76 presidencial que permite a destruição de cavernas de máxima relevância.  
77 É um crime contra a humanidade! Esse Decreto é resultado de pressões  
78 diversas, facilitará o licenciamento de grandes empreendimentos de  
79 mineração, dentre outros, com impacto em cavernas de relevância  
80 máxima. Não podemos aceitar passivamente esse Decreto! Então

81 sugerimos à CMI a votação de uma Moção registrando nosso  
82 posicionamento contrário este decreto. Outro ponto que eu gostaria de  
83 colocar, é que gostaríamos de saber como está a solicitação, **que** efetuei  
84 na ocasião, 82<sup>a</sup> reunião da CMI, para que fosse efetuada a convocação  
85 ou convite a Feam, para vir à próxima reunião, explicar como é feita a  
86 gestão da qualidade do ar em regiões como a Serra Azul, onde existem  
87 vários empreendimentos impactando na qualidade do ar nas  
88 comunidades. Muito obrigado.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
89 Trovão: “José Ângelo, em relação à solicitação que o Senhor fez, informo  
90 que foi repassado ao presidente da Feam, provavelmente traremos na  
91 próxima reunião essa apresentação, mas em virtude do sistema de  
92 pandemia, muitos servidores mobilizados por causa da greve, salvo  
93 engano, ela foi suspensa a partir de segunda-feira, por uma decisão  
94 judicial. Então, provavelmente, na próxima reunião teremos a  
95 apresentação.”. Na sequência o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
96 passa a palavra ao conselheiro Valter Vilela Cunha (Abes-MG): “Senhor  
97 presidente e senhores conselheiros, bom dia! Em 14/01/2021, foi pautado  
98 processo da Vallourec Mineração Ltda., referente a “Pilhas de  
99 rejeito/estéril em Nova Lima, o processo era referente ao exame da LP,  
100 concomitante com a LI e a LO. Trata-se de **empreendimento** minerário,  
101 da ampliação da pilha de Co-disposição de estéreis e rejeitos  
102 Cachoeirinha. Visava a continuidade da disposição de estéreis e rejeitos  
103 proveniente da exploração de minério de ferro da Mina Pau Branco. Em  
104 8 de janeiro de 2022, menos de um ano após da aprovação, a pilha  
105 deslizou e provocou o transbordamento do dique Lisa, que tem 12m de  
106 altura e 175m de comprimento. Este dique foi construído para a contenção  
107 de águas pluviais. Esse **transbordamento** atingiu a BR 040, que ficou  
108 interditada por mais de 2 dias. Na citada reunião da CMI, o processo foi  
109 aprovado por 11 votos favoráveis e uma abstenção. Não estou de modo  
110 algum questionando a aprovação, já que pelos estudos e documentos  
111 apresentados, eu votei favoravelmente. No entanto, após o acidente, as  
112 redes sociais questionaram muito a CMI e essa aprovação. E portanto,  
113 visando conhecemos melhor o que provocou o deslizamento da pilha, que  
114 foi aprovada pela Câmara, creio que seria importante que a CMI  
115 chamassem a Vallourec aqui para explicar as causas do deslizamento.  
116 Senhor presidente, gostaria que essa solicitação fosse analisada pela  
117 presidência da CMI. Obrigado.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
118 Trovão: Ok conselheiro, vamos encaminhar o convite à Vallourec e sendo  
119 possível a gente coloca esse ponto na próxima pauta e se não for possível  
120 na próxima reunião, em alguma outra para oportunizar a empresa a dar  
121 as explicações solicitadas pelo senhor. O Presidente Yuri Rafael de  
122 Oliveira Trovão dá boas vindas ao conselheiro, deseja que Deus abençoe  
123 a sua participação, se coloca à disposição, assim como o Doutor

124 Frederico, assessor regimental, para dirimir alguma dúvida que surja e  
125 passa a palavra ao conselheiro Pedro Tavares Lima (ProMutuca):  
126 “Exatamente! Tudo bem? Bom dia! Agradeço as boas-vindas. Como já  
127 foi dito, meu nome é Pedro Lima e atualmente eu sou o presidente da  
128 ProMutuca. Na nossa gestão procuramos defender o desenvolvimento  
129 sustentável sem radicalismos, construindo na base do diálogo e de  
130 parcerias, melhorias para as políticas ambientais, sociedade civil e nosso  
131 ecossistema como um todo. Nas nossas decisões procuramos sempre  
132 ter um embasamento técnico e científico e valorizamos as propostas com  
133 preocupações ecológicas. Visando esta política que convidamos o Tobias  
134 que hoje não pode estar presente, para nos representar. Gostaria de  
135 aproveitar este espaço para agradecer o trabalho dele, muitas vezes  
136 estressante e árduo e muitas vezes criticado. Esperamos, que como nós  
137 vocês também estejam satisfeitos com a atuação dele nesta Câmara. A  
138 ProMutuca está aqui para construir um mundo melhor e entendemos que  
139 para este mundo, apesar de criticada e as vezes repudiada a extração  
140 mineral é de extrema importância. Isso não quer dizer que iremos relaxar  
141 em nosso julgamento muito pelo contrário seremos extremamente  
142 rigorosos ao apontar possíveis falhas nos processos afim de com isso  
143 tentar evitar acidentes e danos ambientais e para sociedade. Obrigado.”.  
144 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós que agradecendo as  
145 palavras do conselheiro.”. Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira  
146 (Codemig): “É bom dia a todos! Eu gostaria apenas, dando continuidade  
147 ao assunto levantado pelo Doutor Carlos Eduardo Orsini, de destacar uma  
148 grande preocupação que nós tivemos, no início do ano, com todas as  
149 barragens, com vários alertas, várias mensagens falando que barragens  
150 poderiam se romper. Houve pessoas, **pedindo as pessoas para**  
151 **evacuarem suas casas** em decorrência da possibilidade de barragem  
152 romper. Então, eu fiquei me perguntando se todos os trabalhos da  
153 Supram, que são sempre muito bem feitos dentro da legislação, dentro da  
154 melhor técnica disponível, se elas levam em consideração a parte anterior  
155 da barragem. Porque quando houve todos aqueles transbordamentos, a  
156 barragem é feita para suportar a água, para evitar o evitar que a umidade  
157 provoque colapso na parte e que está em contato com a água. E na parte  
158 posterior, na frente, geralmente é plantada grama. Então, assim eu fiquei  
159 me perguntando, essas barragens são feitas para suportar a passagem  
160 de uma quantidade tão grande de água encima da parte posterior? Então,  
161 tecnicamente, eu gostaria que a Supram nos dissesse quais são os  
162 critérios utilizados. E se em todas as barragens que em que houve  
163 transbordamento, são feitos testes. Eu sempre acompanho pareceres,  
164 mas não me lembro de nenhum transbordamento de barragem tão grande  
165 como o que ocorreu no começo do ano! Então, foi uma preocupação  
166 minha que eu gostaria de compartilhar com vocês e verifica se

167 tecnicamente, alguém pode dar uma explicação sobre esses pontos.”.  
168 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok conselheiro, no momento  
169 em que for discutido sobre esse assunto, eu solicito à Superintendência  
170 que esclareça os pontos.” Na sequência o Presidente Yuri Rafael de  
171 Oliveira Trovão passa a palavra à conselheira Denise Bernardes Couto  
172 (Sindiextra): “Presidente, eu gostaria de manifestar a importância do que  
173 o conselheiro Paulo Eugênio falou. É interessante que a equipe técnica  
174 venha fazer esclarecimentos, uma vez que realmente o índice  
175 pluviométrico nesse ano foi realmente alto. Que as chuvas foram de uma  
176 intensidade enorme, mas é só para só para lembrar, até pela  
177 manifestação do Valter Vilela, com todo o respeito, nós não podemos falar  
178 em ‘rompimento’ de pilha ou de barragem que foi no caso da Vallourec,  
179 que vamos lembrar que foi o ‘transbordamento’ do dique. Não houve  
180 qualquer rompimento de barragem na região. Somente para relembrar  
181 isso. Obrigada.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a  
182 palavra ao conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti (Fiemg): “Presidente,  
183 eu queria é mencionar um pouco a respeito de do Decreto de Cavidades,  
184 sobre o qual o conselheiro José Ângelo Paganini se referiu. Eu gostaria  
185 de manifestar que eu sou contrário a Moção de repúdio contra o Decreto  
186 de cavidades e colocar as razões da posição contrária da Fiemg. Nós  
187 somos, presidente, uma Câmara técnica, então a gente parte do  
188 pressuposto que é possível discutirmos tecnicamente esse decreto,  
189 diferentemente do que vem sendo vinculado em algumas matérias  
190 veiculadas na imprensa, em que colocam questões relativas a este  
191 decreto, que não são verdade. A primeira delas será necessária  
192 primeiramente verificar os 2 pontos polêmicos tratados nesse decreto,  
193 que são os pontos suspensos pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que  
194 são alguns pontos esses que vêm sendo questionados em todas as  
195 matérias ou grande parte das matérias da imprensa. A possibilidade de  
196 supressão de validade máxima relevância e a possibilidade de  
197 intervenção no raio de proteção das cavidades. A primeira coisa é a gente  
198 verificar essas matérias publicadas, destaco que o IEF sabe muito bem,  
199 que as cavidades que estão sendo colocadas nessas matérias, são  
200 cavidades geralmente existentes em Unidades de Conservação. A gente  
201 vê que cavidade, grutas como a de Maquine (MG), da Lapinha (MG),  
202 Caverna do diabo (SP), são algumas cavidades que estão inseridas em  
203 Unidades de Conservação. Para essas qualidades é importante já  
204 registrar que não há qualquer mudança com o novo decreto publicado há  
205 poucas semanas. Há uma semana, na verdade. Elas continuam sendo  
206 protegidas. As outras cavidades de máxima relevância, é importante a  
207 gente registrar o seguinte, parece que com a publicação do decreto, todas  
208 as cavidades de máxima relevância vão ser suprimidas amanhã, que  
209 também não é verdade. Todas vão depender de estudo. Então, o

210 empreendedor vai precisar apresentar um estudo sobre aquela cavidade,  
211 vai precisar de um processo de licenciamento ambiental. Vai precisar  
212 demonstrar a inexistência de alternativas de locacional, vai apresentar  
213 proposta de medida compensatória. Vai demonstrar que, se tiver alguma  
214 espécie ameaçada de extinção lá dentro, a supressão daquela cavidade  
215 não vai ser é não vai extinguir aquela determinada espécie. Tudo isso vai  
216 ser avaliado pelo órgão ambiental e este vai, com base na técnica,  
217 autorizar ou não a supressão daquela cavidade. É um outro ponto  
218 importante. Parece que o Decreto de 2008, hoje, é a salvação das  
219 cavidades no Brasil. Mas a gente deve se lembrar que em 2008, ele foi  
220 questionado pelas mesmas pessoas que questionam o Decreto nº 10.935.  
221 Disseram em 2008, que decreto nº 6.640 iria acabar com as cavidades no  
222 Brasil. Aconteceu exatamente o contrário. A gente aumentou o número  
223 de cavidades identificadas no território brasileiro. Estruturou ainda mais a  
224 proteção de cavidades de 2008 para cá. E provavelmente vai acontecer o  
225 mesmo com esse decreto. A gente vai estruturar, aumentar os estudos  
226 em relação as cavidades naturais subterrâneas. Lembrar, inclusive, que  
227 aquele decreto de 2008 foi questionado também no Supremo Tribunal  
228 Federal e o STF, há época, declarou a constitucionalidade dele, com os  
229 mesmos argumentos de hoje: que queria acabar com as cavidades e o  
230 impacto no Brasil. E só lembrar só mais uma última coisa, presidente, que  
231 a legislação de cavidades, no Brasil, considerando inclusive esse novo  
232 decreto, é a mais protetiva em relação a cavernas ou uma das mais  
233 protetivas, em relação a caverna do mundo. Se a gente pegar Austrália,  
234 Chile, França, África do Sul e Canadá, por exemplo, eles não têm uma  
235 norma específica sobre realidade das cavidades. A cavidade é tratada  
236 nesses países, por exemplo, como um atributo ambiental, como outro  
237 qualquer. Como a vegetação é, como os recursos hídricos são. Na  
238 Austrália, por exemplo, não tem nem compensação por supressão de  
239 cavidade. Se a gente for tratar, por exemplo, de raio de proteção, não dá  
240 nem para dizer em relação a outros países. Raio de proteção é um outro  
241 ponto importante. Por que é um número mágico de 250 m e não a  
242 possibilidade, como hoje é colocada no decreto de intervenção no raio de  
243 proteção, desde que não comprometa os atributos daquela atividade? A  
244 questão tem que ser avaliada tecnicamente. Por isso, a Fiemg é contrária  
245 à aprovação de uma moção de repúdio em relação ao decreto de  
246 cavidades. Obrigado presidente. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
247 Trovão passa a palavra para o conselheiro Valter Vilela Cunha (Abes-  
248 MG): “Denise, em momento algum eu disse que houve rompimento de  
249 barragem e eu afirmei que houve o deslizamento da pilha Cachoeirinha e  
250 o transbordamento do dique Lisa. O dique está intacto. Não houve  
251 nenhum rompimento de barragem. Só para deixar claro, porque eu acho  
252 a Denise entendeu errado o que eu disse. Obrigado.”. O Presidente Yuri

253 Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra para o conselheiro Pedro  
254 Tavares Lima (ProMutuca): “Tudo bem Yuri, a gente gostaria, nome da  
255 ProMutuca, de apoiar a Moção de Repúdio proposta pelo conselheiro  
256 Paganini, que a gente entende que a preocupação com a qualidade não  
257 é apenas com os animais que vivem lá dentro, podem extinção ou não,  
258 mas também com o contexto histórico que tem aqui de Minas, né  
259 geológico e tudo. Então a gente a moção proposta por ele.”. Presidente  
260 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok! Eu vou fazer da seguinte forma  
261 senhores conselheiros: o Paganini redige a Moção de Repúdio e nós  
262 colocamos, como sempre, em votação, ao final da reunião. E sendo  
263 aprovada a gente dá os encaminhamentos devidos, ok? O Presidente Yuri  
264 Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra para a inscrita Maria Teresa  
265 Corujo: “Bom dia! Eu gostaria já de requerer os 5 minutos que são  
266 permitidos pelo Regimento, porque eu vou fazer uma solicitação de  
267 retirada de pauta, de fazer uma consideração mais ampla e vou precisar,  
268 provavelmente de mais do que 6(seis) minutos. O Presidente Yuri Rafael  
269 de Oliveira Trovão coloca em votação o tempo adicional de 5 minutos,  
270 aprovada a solicitação de tempo adicional pela maioria, incluindo mais 1  
271 minuto pela presidência, totalizando 11 (onze) minutos e na sequência o  
272 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão volta a palavra à inscrita Maria  
273 Teresa Corujo: “Eu vou começar pelos pedidos de retirada de pauta,  
274 justificando: em relação ao item 6.1 no parecer único, são mencionados 2  
275 processos no SEI, e neles só se acessa a lista de andamentos e não os  
276 documentos, sendo necessário para tal fazer uma solicitação e aguardar  
277 a resposta. Além disso, eu entendo que o princípio da publicidade na  
278 administração pública, foi violada, porque neste caso a publicação do  
279 pedido de licença foi realizada no Diário Oficial no dia 15 de janeiro de  
280 2022. Ou seja, somente 3 dias antes da publicação da pauta desta  
281 reunião, que acontece 13 dias depois da publicação do que foi solicitado  
282 esse licenciamento. Eu dei uma olhada no SLA e só um RAS, relatório  
283 para embasa a licença ambiental simplificada, tem 812 páginas. Como a  
284 sociedade pode ter acesso às informações ambientais desse processo  
285 que se refere a pilhas de rejeito estéril dentro de uma cava, com uma área  
286 diretamente afetada, 244ha e uma altura de 229m, para entender, por  
287 exemplo: Quais as fundamentações técnicas para um empreendimento  
288 dessa magnitude e complexidade, está sendo licenciado com uma licença  
289 ambiental simplificada? Eu lembro a todos que o rompimento ocorrido em  
290 Macacos, em 2001, foi de uma cava que eu recebia material, se não me  
291 engano, rejeitos. O pedido de retirada de pauta, também do item 7.1, por  
292 que? Na pauta são mencionados 2 processos no SEI e neles também, só  
293 se acessa uma lista do andamento e não os documentos. Sendo  
294 necessário para tal fazer uma solicitação e aguardar resposta. E do item  
295 9.2, porque no SIAM constam um EIA e um RIMA, formalizados em 2019,

296 mas consta também um EIA e um RIMA formalizados em 31/08/2021, que  
297 não estão disponíveis para consulta, assim como o PCA, as coordenadas  
298 são da delegação da Prefeitura, todos os documentos formalizados em  
299 31 de agosto, 2021. Eu agora queria, então, saindo do âmbito do pedido  
300 de retirada de pauta e dentro ainda da minha fala em assuntos gerais, que  
301 fosse exibido um mapa que eu enviei antes à Assessoria dos Colegiados,  
302 porque no dia 25 se completaram 3 anos do rompimento da barragem em  
303 Brumadinho e eu quero só mais uma vez, sensibilizar a situação que  
304 vivemos no território Quadrilátero Ferrífero Aquífero. Para quem estiver  
305 vendo o mapa, nós estamos aí no quadrilátero, temos a marcação de Belo  
306 Horizonte, cada bolinha dessas é uma estrutura identificada como  
307 barragem de rejeito. Conseguimos fazer através de tamanhos para se ter  
308 uma noção e foi assinalado por mim, nesse mapa, onde ocorreram  
309 rompimentos de barragens nesse território desde 1997, que já totalizam  
310 5 rompimentos. Aqui, não estão assinaladas todas as outras situações  
311 que nesse tempo, causaram impactos, como por exemplo, o caso recente  
312 da Vallourec, entre tantos outros que já aconteceram, lá em Forquilha há  
313 mais anos, muitos casos existem. Eu só quis trazer isso para deixar mais  
314 uma vez, que visibilizado que nós estamos nesse território, diante de uma  
315 grave questão que tem a ver com barragens, que tem a ver com os  
316 processos que são analisados para licenciamento e que precisa ficar  
317 registrado o reconhecimento, porque é gravíssimo. E ainda mais quando  
318 a gente testemunha, como eu testemunhei várias vezes questões graves,  
319 inclusive técnicas que não nos dão qualquer segurança de que essas  
320 estruturas que estão aí e as outras que já estão sendo feitas e que não  
321 estão aí ainda, o que vai significar para a população e para o meio  
322 ambiente é desse território. Podem retirar o mapa, por favor, que eu vou  
323 ver quanto tempo eu ainda tenho. Eu gostaria de aproveitar então para  
324 falar da questão que foi tocada aqui hoje, que eu não tinha pensado em  
325 tocar,

326 que seria o caso da Vallourec, mas vou então lembrar que na ocasião,  
327 eu acompanhei, eu não era conselheira, lembrar que na tal decisão que  
328 houve em janeiro do ano passado, foi uma reunião extraordinária,  
329 convocada no dia 31 de dezembro, depois das 18:00, eu saí com Júlio  
330 Grilo que era o representante da ProMutuca e ele mesmo se manifestou  
331 inconformado. Ele comunicou que não poderia participar porque já tinha  
332 uma agenda no período de janeiro e inclusive ele não esteve presente na  
333 reunião. No Parecer Único da ProMutuca foi colocada as preocupações  
334 dele, quanto às questões técnicas dessa pilha e nós estamos diante, no  
335 caso da Vallourec de mais um exemplo de que a celeridade de análise  
336 processual, atendendo o interesse do empreendedor, o que é que nos  
337 traz? Eu lembro que está na pauta, que foi uma demanda da Vallourec,  
338 que tinha havido uma reunião em dezembro com a Secretaria De Estado,

que considerou e atendeu, que era que era de fazer a reunião extraordinária e nós, agora, estamos diante do que aconteceu com essa pilha e sem saber direito as razões do que aconteceu em janeiro. E por último, em relação ao Decreto das cavidades, eu e muitos concordamos e repudiamos esse Decreto. Realmente era de se esperar que a Fiemg defendesse o decreto pelo interesse que há, das atividades econômicas, principalmente a mineração, de que as cavidades não sejam mais qualquer empecilho. Então, o último baluarte que ainda havia na proteção às cavidades era a proteção de máxima relevância e o decreto é gravíssimo em relação a esse grande patrimônio. Por exemplo, em relação à Serra do Gandarela, onde tem trecho de máxima relevância, como é que se pode confiar 100% nos empreendedores, se a própria Vale na ocasião 2009, omitiu do EIA que a cavidade AP 38 era uma Paleotoca, que tem um valor incalculável, também científico, porque ali é residiram, moraram animais da megafauna. Então, é um patrimônio incalculável de valor para o Brasil e para o povo brasileiro, e a Vale, na ocasião, não seu EIA omitiu e naquele ano mesmo, uma tentativa da Vale de licenciar um teste para amostragem industrial, que mal sabíamos nós que tinha ali uma Paleotoca, uma cavidade máxima relevância e depois, quando o EIA veio a público, no final desse mesmo ano que ela tentou o teste para explodir, para testar minério, nós testemunhamos que na realidade o lugar do teste era a Paleotoca. Eu queria trazer esse depoimento. Então, foi levantada a questão das cavidades e estamos diante realmente um grande interesse, principalmente minerário de acabar com o último baluarte, mais forte em relação às cavidades de máxima relevância, o que é gravíssimo, porque não há como se continuar abrindo mão de patrimônios quaisquer que sejam eles inclusive geológicos, históricos da nossa história, até como, como território. Então era essa minha fala e então eu agora saio da sala.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Informando aos senhores conselheiros, eu vou ler o artigo 28 da Deliberação Normativa Copam nº 177/2012: ‘art. 28 - Compete aos membros do Copam: I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados; II - debater a matéria em discussão; III - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário Executivo, durante a reunião, ou, quando necessário, sob a forma de diligência; IV - propor questões de ordem; V - pedir vista de matéria; VI - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados; VII - apresentar pareceres de vista, nos prazos fixados; VIII - votar, respeitada a abstenção, devendo apresentar justificativa caso o voto seja contrário ao parecer do órgão do Sisema; IX - propor moções; X - observar em suas manifestações as regras básicas de convivência e decoro.’. Então, em relação ao pedido de vista e tal, a retirada de pauta dos pontos que a Senhora Corujo solicitou, ela não é conselheira deste desta CMI, então ela não tem essa prerrogativa por não

382 ser membro aqui da CMI. Se algum outro conselheiro entender pertinente  
383 as questões colocadas, em momento propício e aí sim, iremos avaliar  
384 juntamente com a equipe a pertinência, necessidade de retirar algum  
385 ponto de pauta. Em relação ao item ao ponto da Vallourec, eu vou  
386 esclarecer para os senhores que a parte em que houve o deslizamento,  
387 só para registrar que a área que foi licenciada para ampliação, que teve  
388 deslocamento de massa, foi na base da pilha, na parte mais antiga e não  
389 daquela parte daquele processo que foi julgado no final do ano passado.  
390 Somente dar esses 2 esclarecimentos para os senhores.". Na sequência  
391 o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra à conselheira  
392 Veronica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): "Então levantei mesmo, não  
393 é só para lembrar também Yuri, que o executivo não para. A gente não  
394 tem recesso final de ano, etc. Então, as vezes é necessário sim, dentro  
395 da urgência, importância, relevância do tema, principalmente uma  
396 Câmara como essa, a gente não parar e as reuniões extraordinárias, elas  
397 devem acontecer mesmo. Infelizmente ou felizmente acredito eu, que o  
398 Executivo é funcional. Nos 365 dias, a gente está até o dia 31 de  
399 dezembro, dependendo do caso, e em inúmeros casos inclusive, a gente  
400 está atuando constantemente. Então, alegar que uma reunião  
401 extraordinária no final do ano, etc., eu não entendo cabível, nem relevante  
402 essa colocação. Obrigada.". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
403 "Por nada a ver onde só destacar, complementando a sua manifestação,  
404 conselheira, que a solicitação ou deferimento de uma reunião  
405 extraordinária não significa que houve pressa ou atropelo na análise do  
406 processo. O processo, ele seguiu seu trâmite normal de análise, teve o  
407 seu tempo de conclusão e o que houve de forma extraordinária, por  
408 solicitação, prevista no Regimento Interno, foi uma reunião. O que não  
409 significou atropelo ou a pressa na análise do processo colocado em  
410 votação. Na sequência o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão volta  
411 a palavra à conselheira Veronica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): "só  
412 para lembrar que a 'eficiência' é um princípio constitucional que vem  
413 esculpido e nós temos que obedecer. Obrigada.". O Presidente Yuri  
414 Rafael de Oliveira Trovão completa dizendo que alegou no dia do  
415 julgamento do processo da Vallourec a aplicação do princípio da  
416 Eficiência e da Transparência. Na sequência ele passa a palavra ao  
417 conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): "Eu queria entrar na  
418 questão da Vallourec Mineração Ltda. Nós aprovamos aqui a construção  
419 da pilha, **em cima** de uma pilha antiga, com base nas informações  
420 técnicas, inclusive assinadas por um representante legal, um responsável  
421 técnico, que garantiu que aquela estrutura não teria problema nenhum, e  
422 teve! Então, o tempo de recorrência dessas ocorrências climáticas tem  
423 que ser adequado, principalmente nessas estruturas da segurança. O  
424 índice de segurança padrão não pode ser **obedecido**, tem que ser

425 utilizado um índice de segurança para estas estruturas bem maior. Mas,  
426 sobre uma pilha antiga, foi construída uma outra pilha. Construiu e nós  
427 aprovamos por quê? Porque a empresa e o seu responsável técnico  
428 afirmaram que estava tudo ok, que a estrutura garantia. Isso não pode  
429 ocorrer. Inclusive eu acho que a Semad, o Copam, deveriam  
430 responsabilizar o empreendedor e o responsável técnico pelas  
431 informações incorretas que foram fornecidos nesse contexto. Muito  
432 obrigado! ". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra  
433 ao inscrito Júlio Grillo: "Bom dia! Gostaria de cumprimentar aí todos os  
434 conselheiros e todos os participantes remotos! É com prazer que eu volto  
435 a esse conselho. Hoje eu não estou falando em nome da ProMutuca. Hoje  
436 eu falo como ex conselheiro. Eu gostaria inicialmente de dar os parabéns  
437 ao IEF, principalmente aos seus servidores, pela época. Eu pedi para falar  
438 aí por causa de 2 assuntos. Um deles é Vallourec! Quando começaram,  
439 quando nós começamos a licenciar pilhas, eu demonstrei para vocês a  
440 minha preocupação como uma característica técnica em função do peso  
441 da pilha, por metro quadrado, que seria a possibilidade de termos  
442 recalques, diferenciais. E que isso exigiria, então, do empreendedor um  
443 número talvez de sondagens mais elevadas. Uma remoção das terras  
444 moles. Quero dizer, fazer com que a gente consiga eliminar as  
445 possibilidades de recalque de diferencial. Na minha opinião, e aí é o  
446 seguinte, eu não tenho os elementos e só estou formando uma opinião a  
447 partir de dados subjetivos que estão no ar. O que houve com a pilha da  
448 Vallourec foi um recalque diferencial. Porque uma parte da pilha ficou  
449 assentada, num solo são e uma parte da pilha, ficou assentado num solo  
450 que umedeceu por baixo, em função do dique da frente e do excesso de  
451 chuvas. E aí escorreu! E quando escorreu, provocou um extravasamento  
452 que poderia ter sido perfeitamente um rompimento. Poderia ter rompido!  
453 Não rompeu! Ótimo para gente. Mas, o que eu quis dizer com tudo isso é  
454 o seguinte: eu acho que pilha é uma solução melhor do que barragem! E  
455 acho que o preenchimento de cava é uma solução que pode ser melhor  
456 do que pilha. Mas isso não implica diretamente em que: é pilha, então o  
457 risco é menor que barragem, nós podemos fazer e atropelar. Não. Eu  
458 acho que os cuidados que uma Semad tem que ter, ao exigir do  
459 empreendedor, no cuidado, tem que ser maiores agora, porque antes nós  
460 não tínhamos pilhas de 200 m de altura. E 200 m de altura vão  
461 representar 500 t/m<sup>2</sup>. Então quer dizer, o cálculo tem que ser muito bem  
462 feito. O sistema de drenagem tem que ser muito bem feito para aguentar  
463 qualquer chuva. Para aguentar chuvas que nós nunca tivemos, porque  
464 todos nós sabemos que na crise climática que estamos enfrentando.  
465 Essas concentrações de chuva vamos correr. E pode não ocorrer ano que  
466 vem, mas pode correr 10 ou 15 ou 20 anos. Então, essas estruturas têm  
467 que estar preparadas para o absolutamente excepcional. E eu acho que

468 faz parte da Semad, cobrar isso, criar novas regras. Isso não é simples!  
469 Não pode ser deliberado dessa forma. Eu acho que uma pilha, por  
470 exemplo, não poderia nunca ser liberada nas 3 fases. Ser licenciada nas  
471 3 fases da simultaneamente. Porque nós deveríamos ter uma Licença de  
472 Instalação, posteriores a instalação, fazer uma verificação do local, para  
473 ter uma certeza, uma fiscalização, para ter uma certeza da segurança  
474 daquele local e só então dá uma Licença Operacional. Valter Vilela, meus  
475 parabéns pelas suas colocações! Sobre a Vallourec eu só queria pedir  
476 mais cuidado. O meu pedido de cuidado é embasado nos princípios que  
477 eu acho que a gente sempre tem que ter ao lidar com os assuntos nessa  
478 Câmera. Princípios da prevenção, da precaução e da sustentabilidade.  
479 Se nós tivéssemos tido mais precaução, talvez essa pilha não tivesse  
480 escorregado. Esse é um assunto, o outro é o seguinte: rejeito nas cavas!  
481 Aparentemente, é uma solução melhor. Seria talvez a melhor de todas.  
482 Você retirou o material de uma cava, vai lá e complementa aquela cava.  
483 Mas, eu fui alertado principalmente pelo Paulo Rodrigues, mas não só  
484 pelo Paulo da UFMG, que é doutor no assunto, que dependendo da  
485 posição da cava em relação ao lençol freático e dependendo da  
486 composição do material do rejeito, nós podemos contaminar o lençol  
487 freático com produtos tóxicos. Por exemplo, você vai colocar um rejeito  
488 com arsênio?

489 O seu rejeito tem arsênio naquele caso. Porque cada caso é um caso. O  
490 seu rejeito tem arsênio? Você teria então nesse caso, é o seguinte, ótimo  
491 que a gente vá preencher as cavas, os cuidados com todos os cálculos  
492 estruturais necessários, inclusive para não romper nas beiradas delas.  
493 Mas, nós deveríamos envelopar o fundo das cavas. Eu acho que  
494 deveríamos envelopar o fundo das cavas. Esse, deveria ser um princípio  
495 e é o segundo pedido que eu faço à Semad. Que a Semad estude a  
496 questão dessa disposição do rejeito em cavas. Que ela seja um pouco  
497 mais rigorosa na cobrança dos empreendedores a esse respeito. Nós não  
498 podemos agora, depois de tudo que já ocorreu aqui em função da  
499 mineração, ainda contaminar os nossos lençóis freáticos. Nós temos que  
500 ser cuidadosos com isso. Vocês me desculpem pelo tempo. Agradeço ter  
501 me deixado falar. E ficam essas minhas recomendações. Muito obrigado  
502 e um abraço a todos.”.

503 O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao  
504 conselheiro Pedro Lima (ProMutuca): “Yuri, eu só queria reforçar essa  
505 atenção que o chamou para a questão dos componentes, do rejeito  
506 estéril, ou seja, o que for depositado dentro da cava, para evitar essa  
507 contaminação do lençol freático. É um ponto muito importante que ele já  
508 tinha levantado aqui com a gente. Eu iria levar minhas considerações,  
509 mas como ele já falou, eu gostaria somente de reforçar o pedido de  
510 atenção com isso, seja nesse processo que nós vamos avaliar hoje ou em

511 qualquer outro futuro. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa  
512 a palavra ao superintendente Rodrigo Ribas: “Muito bom dia, senhores  
513 conselheiros, é bom ter é oportunidade de conversar com vocês de novo.  
514 Eu tenho visto aqui umas manifestações que me preocupam. Eu entendo,  
515 é claro, o teor das manifestações quando falam, por exemplo, sobre o  
516 incidente da Vallourec, que da pilha. Da pilha que foi licenciada há 1 ano  
517 atrás para esse mesmo conselho, porque nós temos aquela experiência,  
518 aquele trauma de experiência do licenciamento lá de Brumadinho. Em que  
519 o senhor só seria foram bastante achincalhados pela mídia,  
520 principalmente na mídia, mas não só na mídia. E eu queria só esclarecer  
521 2 pontos. O primeiro ponto: A pilha que foi que foi licenciada pela equipe  
522 da Supram Central há cerca de 1 ano atrás, não rompeu! Em primeiro  
523 lugar, ela não rompeu. O que houve foi um deslizamento de encosta de  
524 uma pilha que está lá há muitos anos. Por conta daquilo que o conselheiro  
525 Carlos Eduardo Orsini chamou atenção! Um período chuvoso  
526 absolutamente atípico. Em 3 dias, aqui em Belo Horizonte, naquele  
527 evento, choveu o equivalente a 25% esperado para o ano. Nós tivemos  
528 uma grande concentração de chuvas, as drenagens das bermas das  
529 pilhas são calculadas para uma chuva de recorrência de 100 anos, e a  
530 drenagem lateral de 500 anos, e o Orsini chamou atenção: nós tivemos  
531 chuva, de recorrência de 500.000 anos naquele período. Então, nós  
532 quintuplicamos a chuva que havia cálculo para ser absorvida naquela  
533 drenagem. E a drenagem foi feita de acordo com uma norma da ABNT.  
534 Quando perguntam quais são as normas? E falam que a Semad tem que  
535 ser mais exigente.... Na verdade, há uma norma ABNT dizendo como é  
536 que se instala as pilhas de rejeito estéril e quais são as regras de  
537 implantação de drenagem nas pilhas. Então, é preciso que a ABNT, que  
538 o conjunto de técnicos em geotécnica, engenharia da ABNT, façam uma  
539 proposição de alteração da norma. Não cabe à Secretaria de Meio  
540 Ambiente fazer esta posição e não cabe aos senhores também, como  
541 conselheiros de Meio Ambiente de avaliar a questão de segurança de  
542 uma comissão técnica estrutural da obra. Quanto a isso, os senhores  
543 podem ficar tranquilos. E em segundo lugar, a pilha licenciada sequer foi  
544 instalada. A ampliação da pilha que foi licenciada tinha dois pontos de  
545 implantação. No pé da pilha que e na cabeceira da pilha que deslizou,  
546 entre a pilha e a UTM e a cava. Ela estava em preparação para  
547 instalação. Ela não operou. Não houve qualquer impacto desta pilha que  
548 foi licenciada, no efeito escorregamento da encosta, esse  
549 escorregamento circular, típico de material que foi desagregado pelo  
550 efeito da água, um cisalhamento do tipo circular. Não houve nenhum  
551 impacto da pilha licenciada pelos senhores, em cima da pilha da  
552 Vallourec, em relação ao deslizamento daquela parede, daquelas  
553 bermas. Então é, eu acho que a Vallourec que tem que vir a público falar

que o conselho e explicar o fato. É claro tem ela tem que explicar. E eu só tratando aqui nesse assunto, porque os senhores perguntaram, é a Vallourec não está aqui para explicar para gente. É importante que eles venham e que expliquem. O fato de ter deslizado, de não ser vinculado a licença emitida no ano passado, de maneira alguma justifica o deslizamento e de maneira alguma torna a Vallourec menos responsável pela recuperação e pelos danos causados ao meio ambiente. Isso a gente não está discutindo e já está sendo amplamente divulgadas as ações, tanto do Sisema, quanto do Ministério Público e da Advocacia Geral do Estado, em relação a responsabilização objetiva da Vallourec e a recuperação dos danos causados. Isso é uma coisa! A outra coisa é: os senhores responsáveis? Não! Porque a pilha sequer foi plantada. Talvez se a pilha tivesse sido implantada na sua base, como um contrapiso, houvesse estabelecido uma situação de segurança até maior. O fator de segurança calculado é maior que 2, para uma pilha de rejeito daquele tipo. Um fator é de segurança esperado, em operação, observado, tem que ser maior do que um e meio. Já é maior do que qualquer barragem. Então, já existem regras bastante rigorosas em relação a implantação das pilhas. E ela é uma, tem uma condição de operação diferenciada. Esse é o primeiro assunto. O segundo assunto, o Yuri, se me permitir, a pedido da Secretaria, em relação às cavidades, em relação ao Decreto nº 10.935, de 2022, que foi publicado, a Semad não adotou qualquer posicionamento em relação a isso. Primeiro, porque ele é um Decreto Federal, nós não temos competência legal para discutir um normativo federal. É, nós não fizemos avaliação de impactos regulatórios, sobre as nossas normas, porque antes havia do mesmo da gente começar, houve a suspensão dos artigos, 4º e 6º, que davam a diferença em relação ao Decreto nº 99.556. Então, hoje nós temos um Decreto nº 10.935, muito parecido, com a junção do Decreto nº 99.556 de 1990, que foi alterado em 2008 com a Instrução Normativa nº 02, de 2017 do MMA. Então, atualmente não há nenhuma alteração em relação aos critérios usados pelo licenciamento ambiental na Semad para permitir ou impedir impactos ambientais em cavidades de baixa, de média, de alta e de máxima relevância, os critérios são os mesmos que a gente tinha até o ano passado. Então, não há nenhuma alteração em relação a garantia do impactos e autorização de supressão cavidades. Nós não fizemos nenhuma alteração esse momento e entendemos que, pelo menos por enquanto, em Minas Gerais, elas continuam preservadas. A equipe técnica do estado de Minas Gerais é especialista em Espeleologia, é muito capacitada, sem dúvida, que é muito capacitada. Nós já participamos de diversos workshops, como palestrantes, apresentando as nossas experiências no Brasil inteiro. Eu participei há cerca de 2 a 3 semanas de um workshop junto com a Secretaria de Estado do Mato

597 Grosso. Então, nós temos expertises e nós sabemos diferenciar o joio do  
598 trigo, que pode, não pode impactar. É só isso Yuri. Muito obrigado.". O  
599 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao conselheiro  
600 Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): "Yuri, eu gostaria de ouvir primeiro  
601 o Júlio Grillo, pois as suas falas engrandecem a discussão e eu posso  
602 também já pensar em alguma coisa que eu posso contribuir com ele. ".  
603 Na sequência o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão destaca que, o  
604 assunto da Vallourec destacado no Assuntos Gerais não faz parte da  
605 pauta do dia e considerando a extensão dos outros pontos de pauta, há  
606 necessidade de que os comentários sobre esse assunto sejam breves. A  
607 gente coloca assim um ponto de pauta, tem um valor que não é pontos  
608 da nossa pauta, então eu só peço que sejam breve, se for em relação a  
609 esse assunto, pois ele será discutido em momento oportuno. Na  
610 sequência, considerando o conhecimento técnico do inscrito Júlio Grillo e  
611 utilizando a prerrogativa do artigo 38 do Regimento Interno que diz que:  
612 'Poderão ser convidadas pelo Presidente das estruturas colegiadas do  
613 Copam, para participarem das reuniões, com direito a voz e sem direito a  
614 voto, pessoas e instituições relacionadas à matéria constante da pauta.'.  
615 Passa a palavra a ele. Inscrito Júlio Grillo: "Muito obrigado pela atenção e  
616 eu vou ser breve. Ribas, quando eu falei sobre a Vallourec, eu devo  
617 realmente ter me comunicado mal. Porque quando eu falei da pilha eu  
618 não falei daquela pilha que nós licenciamos. Eu inclusive na reunião que  
619 houve o licenciamento dessa pilha, eu elogiei a Vallourec por ter nos  
620 apresentado todos os cálculos que apresentaram tudo. Ter transmitido  
621 uma relativa confiança ali. Quando eu falei sobre o deslizamento daquela  
622 pilha, eu quis exemplificar como uma probabilidade do recalque  
623 diferencial, que eu venho falando há algum tempo que pode vir a ocorrer.  
624 Temos que lembrar sempre o seguinte, as normas, inclusive de ABNT etc.  
625 e tal, talvez não estivessem prevendo 200 m altura. Talvez não tivessem  
626 prevendo as chuvas que nós vamos ver daqui para frente. Então, pelos  
627 princípios de prevenção e precaução, em alguns casos, eu acho que nós  
628 não podemos nos ater simplesmente as normas. Nós temos que pensar,  
629 tentar ler um pouquinho além das normas. Então, lembrando uma coisa  
630 naquele licenciamento a Vallourec o meu voto foi pela pelo indeferimento,  
631 mas não foi pelo indeferimento em função da pilha, foi pelo indeferimento  
632 em função de alguns outros itens. Yuri, novamente muito obrigado por me  
633 deixar falar. Agradeço e um abraço.". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
634 Trovão passa ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): "Eu  
635 queria fazer algumas considerações aqui, será rápido e é sobre a  
636 Vallourec. Eu gostaria de dizer para vocês que na primeira semana, eu e  
637 o Claudinei, conselheiro titular e chefe da fiscalização, o qual sou  
638 suplente, ele estava de férias e eu sou substituto dele, para assuntos de  
639 barragens. Então, eu tive que atuar no sábado, infelizmente, eu não

640 gostaria, mas eu tive que sair de casa cedo e nós chegamos na barragem  
641 antes do geotécnicos da Vallourec. Estava difícil para chegar ao local por  
642 causa do transito. A gente teve direito de passagem, chegando mais  
643 rápido. Nós fomos até a barragem, a água estava passando por cima, foi  
644 feita uma manobra da abertura de um canal do lado de lá, porque estava  
645 obstruída, e acabou que junto com a Agência e os demais que estavam  
646 lá, foi solicitado uma abertura de canal na ombreira direita. Acabou que  
647 eu sai de lá da barragem até a hora que a situação estava mais sobre  
648 controle. Por isso que a BR40 ficou fechada nesse espaço de tempo, para  
649 a segurança de todas as pessoas. Eu queria dizer que o dique Lisa, ele  
650 fica no pé de uma pilha, que é uma coisa que vai continuar existindo,  
651 porque nós vamos ter uma migração, em percentual muito grande, da  
652 disposição de rejeito de barragem para pilhas. E vai ser rejeito  
653 desidratado e compactado. E essa pilha Cachoeirinha tem uma  
654 configuração que hoje é usual no que se faz. Que é a pilha e o dique logo  
655 embaixo, para conter os sedimentos que vem da área da mineração da  
656 pilha como todo. É importante a gente entender que nós estamos  
657 passando por um processo de mudança climática. Porque o Orsini foi  
658 muito feliz na fala dele. O Valter foi muito feliz. O Júlio Grillo foi muito feliz  
659 com o Rodrigo Ribas também foi muito feliz. Todos fizeram comentários  
660 muito pertinentes. Já comentei, mas a gente tem que entender que de  
661 2019 para 2021, nós chegamos a ter decamilenar em algum lugar.  
662 Precipitações. Decamilenar, eu estou falando que foi acima de mil, dois  
663 mil. E as barragens se suportarem de alguma forma. Conseguiram  
664 suportar! Já havia ocorrido acidente no início do ano de 2019 em  
665 Brumadinho e teve muita fiscalização. Foram as barragens que passaram  
666 por esse grande estresse, mas sem dizer que houveram muitos  
667 problemas que foram equacionados. Estão sendo equacionados até hoje.  
668 E de 2021 para 2022, no espaço de 2 anos, nós tivemos já há registro de  
669 chuva de 2000 mm acima do espaço amostral que a gente tinha, da do  
670 espaço que a gente fazia os cálculos para poder encontrar as chuvas  
671 decamilenares. As chuvas extremas, essa coisa toda. Então, quer dizer  
672 que a coisa está mudando, no espaço de 2 anos nós já tivemos 2 grandes  
673 eventos que vão entrar para esse cálculo também. Então, a coisa já está  
674 em transformação. E o que eu digo é que o dique Lisa performou. Por que  
675 ele performou? Porque ele segurou uma grande quantidade de material  
676 que poderia ter sido arrastado e ter levado até o aterro da rodovia. Nesse  
677 ponto, é uma coisa que são funcionalidades, que precisam ser avaliadas.  
678 É importantíssimo que a Vallourec venha falar o que aconteceu. É  
679 importante ter várias investigações em curso, Polícia Civil e outras. Vai  
680 chegar nessa conclusão porque nós precisamos aprender com esse  
681 processo. Porque daqui a diante nós vamos ter que adequar as pilhas às  
682 condições mais seguras e a gente precisa aprender com tudo isso. Teve

683 performance? Teve! Ainda existe riscos? Existe! Então, a gente precisa  
684 caminhar nesse sentido, porque nós estamos no limiar da engenharia  
685 para frente. Porque nós estamos vivenciando um processo de mudança  
686 climática que possa vir chuvas que a gente não entende. Pode ser que  
687 daqui a 10 anos, como Júlio falou, possa acontecer chuva além do deca  
688 milenar, a gente sabe. Então, eu acho que mais importante de tudo é  
689 estudar esse caso e aprender ‘o quê’ aconteceu. O que poderia ter  
690 acontecido para gente poder adaptar a legislação presente e futura, para  
691 que isso não ocorra ou que seja mais seguro. Eu gostaria de lembrar que  
692 o que aconteceu é extraordinário, no momento. Porque a quantidade de  
693 sistemas de movimento de massa, que aconteceu é muito grande.  
694 Evidência esse processo. Haja vista que da 381, que foi uma rotação, foi  
695 uma ruptura rotacional difícil da gente entender. Que levanta a estrada.  
696 Como que acontece isso? São fenômenos de geotecnia que são  
697 proporcionados pelo excesso de chuva, haja vista Ouro Preto e outras  
698 coisas mais. Então é isso que eu estou querendo é contribuir e agradecer  
699 a participação de todos foi muito bem colocado o assunto. E eu acho que  
700 a gente está num processo de investigar e descobrir as coisas. Para nos  
701 profissionalizar. É como o que acontece com a indústria aeronáutica.  
702 Quando entramos em um avião, sabemos que é seguro. Mas, pode ser  
703 que venha a acontecer um seguinte, e nesse caso precisa haver um  
704 estudo para incorporar novas segurança para que não ocorra de novo.  
705 Então é isso. Muito obrigado! ”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
706 Trovão passa o conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME):  
707 “Presidente, eu vou ser extremamente breve. Eu quero colocar uma coisa  
708 aqui que é o seguinte: o senhor como presidente, tem que agradecer a  
709 Deus pela qualidade dos seus conselheiros. Olha essas palavras aqui do  
710 nosso querido Luiz Henrique, são excepcionais. As observações feitas  
711 pelo Júlio Grillo, as considerações que ele faz com muita propriedade, as  
712 observações feitas pelo Pedro Lima, o que foi falado pelo Thiago, pela  
713 Denise. O próprio, o próprio Rodrigo Ribas. Então o seguinte: agradeça a  
714 Deus por ter conselheiros desse porte. Mas, eu não podia deixar de  
715 finalizar primeiro, agradecer as considerações feitas pelo Luiz Henrique,  
716 o qual eu acompanhei a vida dele aí nesses últimos dias que eu estava  
717 também fazendo vistoria em minerações, que teve problemas seríssimos.  
718 Eu lhe digo uma coisa Luiz: não existe sistema de drenagem capaz de  
719 suportar essa variação pluviométrica que nós tivemos. Os sistemas de  
720 drenagem, eles praticamente faliram. É muita água que desceu! É muito  
721 solo que foi deteriorado, que foi danificado com o excesso de água.  
722 Quando eu cheguei na beira do Paraopeba, no dia em que eu estava  
723 rodando por Brumadinho, fiquei apavorado. Estava um verdadeiro mar.  
724 Eu conheço aquele Paraopeba de anos e anos. Mas, nunca vi uma cheia  
725 tão grande do Paraopeba. E da mesma forma para os meus colegas da

726 Copasa, viu o presidente, comentando isso, o Valter mesmo sabe da  
727 situação do Rio das velhas. A inundação que foi provocada em Rio Acima  
728 e em Honório Bicalho, em Santa Luzia. Então, eu vejo o seguinte: o que  
729 fica para a gente pensar essas considerações! Com muita propriedade  
730 feito pelo meu querido Luiz Henrique, que é o seguinte: nós temos que  
731 ver no futuro as correlações, os cálculos de ocorrência sejam centenários  
732 ou milenares, eles vão ser alterados em função da atual conjuntura que  
733 nós estamos passando por mudanças climáticas. Que fazem com que nós  
734 temos cada vez mais concentração pluviométrica e volumes enormes.  
735 Então, fica aqui para gente pensar, eu acho que isso tudo leva em  
736 consideração as empresas, que também têm as suas responsabilidades  
737 e nós aqui também no sentido de poder ajudar a fazer com que haja maior  
738 segurança e como diz um amigo Grillo, que é a questão da prevenção e  
739 da precaução para chegar na sustentabilidade ideal. Obrigado!".  
740 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a sua manifestação  
741 Dr. Orsini e destaco que sempre agradeço a Deus por tudo que tem na  
742 minha vida e é um prazer estar aqui com os senhores, não só aqui na CMI  
743 como nas outras câmeras que, a gente acaba ou assessorando ou  
744 presidindo. Pela competência técnica e é um aprendizado constante e  
745 recompensador.". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a  
746 palavra à conselheira Verônica Idelfonso (Segov): "Eu já disse aqui várias  
747 vezes, no cuidado que se deve ter ao fazer essas colocações, não somos  
748 técnicos, devemos sempre mente. Eu destaco que a administração  
749 pública, e nessa seara o conselho se encaixa, quando se trata do princípio  
750 da legalidade, diferente do particular, a quem é permitido realizar qualquer  
751 conduta que não proibida em lei, à administração é permitido somente  
752 aquilo está posto lei. Então, quando há subsunção do caso à norma, há  
753 de se conceder a licença. E aí eu volto a repetir algo que eu também já  
754 disse aqui, que a gente tem que ser inteligente, tanto quanto às  
755 manifestações, como na forma de agir, usando toda a nossa capacidade  
756 técnica colocada aqui, pelo conselho Orsini, que eu concordo, para  
757 pressionar os órgãos corretos, para atualização ou alteração das  
758 normativas que lhe competem. É importante dizer que nem todos que nos  
759 assistem tem, às vezes, conhecendo todo. Então, dependendo da forma  
760 como a gente coloca, fica parecendo que o conselho ou que o conselheiro  
761 foi omissos ou até muitas vezes, como já dito aqui, para umas pessoas:  
762 vendido. Então, a gente tem que ter muito cuidado, porque antes de  
763 conselhos, nós, seres humanos, temos vida fora daqui. As vezes somos  
764 muito atacados por colocações por colocações que fizemos aqui, que são  
765 corretas, que são técnicas e infelizmente, da forma como é posta por  
766 algumas pessoas aqui, fica aparecendo que nós somos omissos ou  
767 vendidos. Então, eu acho que a gente tem um pouquinho mais de  
768 cuidado, humanidade, e lembrar sempre do técnico. Que é isso que a

769 gente tem que tratar aqui. Obrigada.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
770 Trovão passa a palavra ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende  
771 (ANM): “Eu gostaria de dizer isso. A Verônica foi feliz. E que a ANM, hoje,  
772 conta com novos concursados, algumas pessoas são temporárias, mas  
773 vai ter um concurso definitivo, espero que eles o façam e sejam  
774 aprovados, pois é um grupo de pessoas muito bom. Todos eles prestaram  
775 um apoio no local, todos eles aprenderam muito com a situação, e já tem  
776 uma bagagem. E é isso que eu queria dizer. A Verônica foi feliz porque,  
777 com esse ponto de vista, esse grupo não ‘arredou o pé’ enquanto a  
778 situação não for equilibrada. Todos eles se envolveram nessa questão. E  
779 é isso! Outra coisa que eu queria dizer é que, por exemplo, eu era  
780 estudante na escola de engenharia ali na UFMG, no centro de BH, a calha  
781 foi projetada para 100 anos, são cem (100) anos de recorrência de  
782 chuvas. Não ali que eu me lembre, tenha saído fora da calha, muitas  
783 vezes de 1990 para cá. Em quase 30 anos, mas na parte da avenida  
784 Tereza Cristina, acabou que saiu essa coisa toda. Mas, somente para  
785 vermos o tamanho da estrutura que se faz na estrutura do rio Arruda para  
786 100 anos, a gente vê como que é a dimensionamento de uma estrutura  
787 para poder suportar esse tipo de coisa que o Orsini falou. Então, por isso  
788 que a gente tem que fazer esta investigação, muito bem feita, tem que ser  
789 apuradas todas as quantidades de água que caiu na pilha Cachoeirinha e  
790 que causou o rompimento. Foi uma ruptura circular e eu tenho muita  
791 desconfiança do processo, mas cabe às investigações descobrir se houve  
792 uma erosão provocada pelo excesso de chuva nas canaletas. Mas enfim,  
793 isso vai vir escrito e precisa ser colocado e gente tem que dar um prazo  
794 para empresa poder fazer um bom trabalho em cima disso e apresenta-  
795-lo. Pois isso vai ser uma questão a ser estudada no futuro, inclusive para  
796 modificação de norma. E para gente trazer mais segurança para todo  
797 mundo. Outra coisa que eu acho que é importante destacar é a utilização  
798 de cavas, como foi falado aqui, para poder colocar o rejeito, lembrando  
799 que atualmente, nós só impermeabilizamos as cavas quando o rejeito é  
800 tóxico e passivos contaminação do lençol freático. E quando não é inerte  
801 faz até parte do equilíbrio, aquela cava como área de recarga do lençol.  
802 E temos essas questões para refletir. Obrigado.”. O Presidente Yuri  
803 Rafael de Oliveira Trovão destaca que o tempo previsto para o item de  
804 pauta ‘assuntos gerais’ é de 30 minutos e as discussões duraram quase  
805 uma hora e meia. Mas, considerando todas as relevantes manifestações  
806 que visam clarear e contextualizar os fatos àqueles que não tiveram  
807 oportunidade de acompanhar o julgamento do processo e a real dimensão  
808 dos trabalhos da equipe que o analisou o processo. Na sequência ele abre  
809 o item 4 em deliberação: **EXAME DA ATA DA 82ª RO DE 17/12/2021** e  
810 passa a palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Na linha  
811 175, onde está escrito ‘Itatiaio Sul’, mudar para Itatiaiuçu. Na linha 299,

812 substituir a palavra ‘cheia’ por estiagem.”. Feitas às correções o  
813 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão coloca a ata em votação: **ATA**  
814 **APROVADA COM ALTERAÇÕES.** Votos favoráveis: Segov, Sede,  
815 Sedese (pelo chat), Codemig, Sindixtra, Fiemg, Relictos, SME e Abes.  
816 Abstenção: ANM e ProMutuca. Justificativas: ANM: (Justificativa: eu não  
817 participei da reunião passada) e ProMutuca: (Justificativa: “eu não estava  
818 presente na última reunião e não tive tempo para discutir ata com  
819 Tobias.”). Ausente: Ibama. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
820 passa para o item 5. Resolução Conjunta Semad/IEF Nº 3.102/2021, que  
821 dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no  
822 âmbito do Estado de Minas Gerais. Apresentação: Secretaria de Estado  
823 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad. Com a  
824 palavra para o Superintendente Fernando Baliani da Silva (Suara),  
825 cumprimenta os presentes e pede licença para realizar a apresentação  
826 (disponibilizada no site da Semad/Copam). Após a apresentação o  
827 superintendente se coloca à disposição para esclarecimento de dúvidas.  
828 O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradece pela apresentação  
829 e parabeniza o Baliani por ter capitaneado os trabalhos em relação a esta  
830 Resolução e a toda a equipe envolvida. Na sequência o Presidente passa  
831 a palavra a inscrita Maria Teresa Corujo: “ É, eu assisti a apresentação  
832 do Fernando na reunião da CIF, esta semana, como conselheira, mas  
833 como eu entendo que é importante nesta Câmara que também esse tipo  
834 de informação e registro por causa das questões de intervenção  
835 ambiental, eu só vou fazer aquela pergunta que eu já fiz: Nós percebemos  
836 que nessa resolução, então, se garantiu o processo 100% digitais,  
837 questão de vistorias remotas, o que agiliza e facilita para os interessados.  
838 E eu perguntei, como é que é realizado o acesso por parte da sociedade?  
839 Onde localizo as informações sobre os processos de intervenção  
840 ambiental que não estão ligados ao processo de licenciamento? Porque  
841 nos processos de licenciamento é informado quais são os processos de  
842 intervenção ambiental, o número, mesmo que no SLA não se consiga de  
843 imediato, acessar aquele processo, essa informação é dada no sentido  
844 de dizer qual o número do processo. Mas, em relação aos outros  
845 processos de intervenção ambiental que não estão vinculados a um  
846 processo de licenciamento, a pergunta que eu fiz foi: onde se pode ter  
847 acesso a esses processos, caso alguém, por exemplo, em um  
848 determinado município queira verificar, por exemplo, nos 2 últimos anos  
849 o processo de intervenção ambiental foram formalizados, onde e o que é  
850 que isso pode ter a ver com aquilo que a pessoa está querendo conhecer?  
851 Então, eu queria só fazer essa pergunta ao Fernando para ficar registrado  
852 e conter esta informação para aquelas pessoas que acompanham a CMI  
853 e que geralmente não acompanham as outras câmaras do Copam. O  
854 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao

855 Superintendente Fernando Baliani da Silva (Suara): "Obrigada Maria  
856 Teresa! Eu me recordo dessa pergunta na CIF, inclusive, após o termo  
857 daquela reunião, eu busquei informações junto ao IEF e gostaria de  
858 complementar minha resposta em relação a última reunião da CIF. O IEF  
859 possui em seu sítio eletrônico um sistema de decisão, onde todos os atos  
860 autorizativos emitidos são disponibilizados e com a possibilidade,  
861 inclusive, de fazer uma filtragem conforme a Senhora havia mencionado,  
862 por municípios, por ano. Então, essa plataforma já está disponível e  
863 operacionalizada junto ao Instituto Estadual de Florestas. No site do IEF  
864 é possível fazer o acesso dessa plataforma. Eu também solicitei ao diretor  
865 responsável do IEF para que a gente possa fazer uma rápida  
866 apresentação demonstrando o link e como fazer uso dessa plataforma.  
867 Ela também se replica para os atos autorizativos vinculados ao  
868 licenciamento ambiental e a gente pretende fazê-lo muito provavelmente  
869 na próxima rodada de câmaras técnicas para poder dar ciência e também  
870 para poder dar divulgação a essa ferramenta.". Na sequência o  
871 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão realiza a leitura da pauta e abre  
872 as discussões sobre o item **6. Processo Administrativo para exame de**  
873 **Licença Ambiental Simplificada**: 6.1 Vale S.A./CVRD Complexo  
874 Minerário de Itabira (PDER Cauê) - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de  
875 ferro - Itabira/MG - PA/SLA/Nº 198/2022 - ANM: 930.641/1989 - GM  
876 143/1996 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b).  
877 Apresentação: Supri. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa  
878 a palavra ao conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME): "  
879 É bom é, eu analisei muito esse projeto e essa solução dada pela Vale,  
880 inclusive, juntamente numa apresentação que nos foi feita, com a minha  
881 presença e do doutor Pedro Lima, do ProMutuca, onde nós utilizamos a  
882 oportunidade de avaliar com detalhes, através de uma bela apresentação  
883 que eles fizeram, dessa situação do aproveitamento da cava do Cauê,  
884 para uma pilha. Esse é um modelo que a gente sempre pensava, haja  
885 visto inclusive, anteriormente, o próprio Júlio Grillo falava muito nisso,  
886 aproveitamento de pilha, que é de aproveitamento de cava da pilha. E  
887 uma coisa que eu notei que foi muito importante na apresentação, um  
888 robusto projeto de drenagem. Realmente uma drenagem de base muito  
889 convincente para esse recebimento. Por quê? Porque eles vão trabalhar  
890 com estéril e posteriormente, em função da implantação da secagem e  
891 compactação de rejeitos, isso vai ser submetido a essa pilha. Então, isso  
892 é muito importante que a drenagem tenha essa vitalidade e essa  
893 capacidade potencial para suprir isso aí. E eu queria de aproveitar para  
894 fazer um comentário na presença do José Ângelo Paganini, que ficou  
895 preocupado com isso, eu tive a oportunidade de ver que eles têm essa  
896 água ainda existente num posicionamento mais inferior da cava, uma  
897 água de boa qualidade. Então não existe nenhum problema relacionado

com a questão de tóxico e toxidez que possa prejudicar a qualidade dessas águas. E evidentemente que esse material que vai por cima também não vai ter grandes problemas que vão ficar numa situação bem superior e até que eles fazem esgotamento final da parte das águas da base. Essa água utilizada inclusive, na apresentação que foi feita, para aproveitamento na própria unidade operacional da Vale, em Itabira. Então, o meu destaque presidente é exatamente isso: contribuir para conhecer esse projeto, apoiar esse projeto de uma forma muito adequada, muito robusta. E fazer com que outros aproveitamentos de cava sejam feitos também. E parabenizar os estudos que foram feitos, inclusive o relatório também feito pela Supri, está muito bom. Muito obrigado, presidente a todos.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Primeiramente eu gostaria de solicitar, se possível, a apresentação pelo empreendedor, sobre o projeto e dar uma oportunidade a sociedade civil de Itabira de se manifestar. Então, a gente gostaria de assistir essa apresentação sobre o projeto. Continuando, o site do Ministério Público informa que 18 barragens de propriedade da Vale, da ArcelorMittal e da Minérios Nacional, analisadas pelo Ministério Público e pela Feam, terão que passar por algum tipo de intervenção como medida preventiva em virtude das intensas chuvas dos meses de dezembro/21 e janeiro/22. Está incluída na **lista** a barragem de Santana, na Mina de Cauê. Nós estamos licenciando agora o preenchimento da cava, com base nos dados apresentados, constatou-se que das 8 barragens, 3 estão no nível 3 de emergência, barragem Sul Superior, as B3, b4 e a Forquilha 3. Apresentam ocorrências que devem ser tratadas para evitar prejuízo no funcionamento das suas estruturas. Todas elas são de responsabilidade da Vale. Também gostaria de saber como estão as barragens no complexo Itabira e se essa pilha de rejeitos poderá vir a interferir com algum Barramento. A segunda questão é a seguinte: no parecer único, conforme a figura 2, existe no fundo da cava, onde serão depositados os rejeitos, um lago. Como fica a mistura de rejeito **filtrado** e da água acumulada na cava? Eu gostaria de uma explicação sobre **isso e** quais os controles **implantados**, qual é a situação. E na figura 4 do parecer, mostra um arranjo da pilha e essa pilha vai ultrapassar a cava, compartilhando com a pilha PDE Aba Oeste. Então, qual o fator de segurança adotado para execução desse projeto evitando o rompimento dessa pilha? São essas as minhas considerações.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão na sequencia passa a palavra ao conselheiro Pedro Lima (ProMutuca): “É obrigado Yuri! O destaque que a gente tem aqui é com relação a um pedido de vistas que foi encaminhado para ProMutuca através do Conselho dos Atingidos pela Mineração em Itabira. Nós entramos em contato com o Leonardo que enviou esse pedido, que não

941 foi assinado por ninguém, para poder entender os motivos desse pedido  
942 de vistas solicitado. E infelizmente descobrimos que o pedido de vistas  
943 era baseado em RIMA, que não tem nada a ver com o entendimento de  
944 que estavam solicitando. O RIMA que eles solicitaram é referente ao  
945 projeto de pilha de depósito de minério da Canga Sudeste, que não tem  
946 nada a ver com essa que a gente está avaliando agora. Com isso, a gente  
947 decidiu não acatar esse pedido deles. Nós temos eles. Outra coisa que  
948 eles solicitaram. Questionado é a falta de informação. Nós conseguimos  
949 intermediar com um empreendedor para fazer essa apresentação que eu  
950 e o Orsini assistimos, para esses eles, visto que eles não se  
951 disponibilizaram assistir à apresentação. Eu acho que eles estavam  
952 querendo informação, seria ali a melhor hora para poder conseguir da  
953 forma mais detalhada. E com isso, a gente gostaria de reforçar o pedido  
954 do José Ângelo, para essa apresentação ser exibida aqui e dar à  
955 sociedade civil de Itabira a oportunidade de questionar, de esclarecer as  
956 dúvidas, de tirar qualquer preocupação que eles tenham com base nesse  
957 processo que a gente estava olhando aqui hoje. Levantar mais uma vez  
958 a questão que o Júlio falou, da importância de saber é a composição do  
959 estéril que está sendo depositado ali, para não apresentar risco ao lençol  
960 freático. E no mais a gente entende que esse processo de recomposição  
961 topográfica, com preenchimento da cava, é um dos processos  
962 ecologicamente mais corretos e mais seguros hoje em dia. Caso ainda  
963 não esteja no projeto da Vale, após esse processo, se aprovados, seja  
964 estudado um projeto de reflorestamento da área, se possível. São essas  
965 as minhas considerações. Obrigado.". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ressalto que quando a gente recebe as críticas e  
966 quando é necessário a gente também faz as nossas críticas. Mas, eu  
967 quero parabéns o senhor, assim como o Tobias e o Paganini pela  
968 sensatez, como os senhores têm conduzido os trabalhos das  
969 organizações não governamentais, as quais dirigem em relação aos  
970 processos de licenciamento ambiental, como o Senhor está fazendo  
971 nesse momento, como o José Ângelo faz e como o Tobias o faz também.". Na sequência passa a palavra ao conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): "Eu olhei novamente o parecer, pois havia pensado que nas  
974 conclusões não estava sugerindo pelo 'Deferimento'. Mas na capa consta  
975 somente um resumo. O parecer está correto! É só para registrar.". O  
977 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra à inscrita Maria Teresa Freitas Corujo: "Eu me inscrevi porque eu fiquei muito preocupada  
978 com esse processo de licenciamento, principalmente quando eu percebi  
979 que foi acatado o pedido da Vale para ser uma licença ambiental  
980 simplificada. Eu já me manifestei em Assuntos Gerais, o entendimento do  
981 que foi violado, o princípio da 'publicidade' e da participação social. Eu  
982 lembro a todos que além dos outros mecanismos legais, a própria DN nº  
983

984 217, no seu artigo primeiro, fala que o licenciamento ambiental deve  
985 assegurar a participação pública, a transparência, o controle social e aí  
986 vem também a questão do endereço público, da celeridade e economia  
987 processual, a prevenção do dano ambiental e análise integrada. Por que  
988 estou fazendo isso aqui, agora? Como eu falei, vou lembrar a  
989 comunicação desse processo de licenciamento deu entrada neste mês de  
990 janeiro de 2022. Foi 3 dias antes da convocação desta reunião e foi há  
991 13 dias. Não há como a sociedade civil, qualquer pessoa consiga  
992 acompanhar esse processo. E como eu falei, eu vi que o relatório que  
993 embasou a licença ambiental simplificada tem 812 páginas e tem as  
994 questões técnicas que nós não conseguimos olhar nesse prazo. Então,  
995 quando foi falado pelo representante da ProMutuca que a sociedade de  
996 hoje, ao assistir, vamos supor, se houver a apresentação da Vale, a  
997 sociedade não teve nem chance de olhar os documentos antes, para  
998 poder se inscrever ou querer mesmo que se inscrevesse, para poder fazer  
999 considerações. Porque o ritmo célere impede a participação da  
1000 sociedade, com consistência, com possibilidade de fazer  
1001 questionamentos, inclusive as questões apresentadas, técnicas. Então,  
1002 basicamente, o que eu quero reafirmar é que, entendo gravíssimo.  
1003 Entendo que o órgão ambiental poderia ter feito uso de algo que está  
1004 estabelecido em lei e que eu poderia fazer, no caso a DN. Porque no  
1005 artigo oitavo, parágrafo quinto, estabelecido na DN o seguinte: o órgão  
1006 ambiental competente, quando o critério técnico assim o exigir, poderá  
1007 justificadamente, determinar que o licenciamento se proceda em  
1008 quaisquer das suas modalidades, independentemente do enquadramento  
1009 inicial da atividade ou do empreendimento, observada a necessidade de  
1010 apresentação dos estudos ambientais especificamente exigidos e  
1011 respeitado o contraditório. Conclusão: nós estamos diante, vou reafirmar  
1012 de novo, de uma pilha de rejeitos e estéril, que na realidade a cava já vem  
1013 recebendo parte dessa pilha, já vem recebendo rejeitos, inclusive em  
1014 polpa, não filtrado, sem poupa, está no próprio parecer único. Estamos  
1015 falando de uma pilha que a altura prevista nesse processo de  
1016 licenciamento é 229m, se não me engano, estamos falando de mais de  
1017 cem milhões de material de estéril/rejeito. Então, um empreendimento,  
1018 uma atividade desse porte, ser licenciada, com uma licença ambiental  
1019 simplificada, comunicada 3 dias antes da convocação da pauta e a 13  
1020 dias, isso significa qualquer impossibilidade da sociedade, das pessoas  
1021 interessadas, dos movimentos poderem ter acesso. Porque ter acesso  
1022 aos documentos é fundamental! Não é só acesso ao parecer único, é  
1023 acesso aos documentos! Poder consultar, poder verificar com alguém que  
1024 entenda mais, fazer perguntas para quando chegar uma reunião com uma  
1025 de hoje, a sociedade poder chegar já fazer os seus conhecimentos. Foi  
1026 inviabilizada a participação da sociedade nesse processo da Vale em

1027 Itabira, que já tem um histórico grave de omissão de informações, de falta  
1028 de transparência e quando foi mencionado principalmente pelo Pedro  
1029 Lima, que houve uma demanda do comitê popular, foi uma demanda  
1030 pensando que as OMGs nesta Câmara poderiam realmente fazer esse  
1031 papel de pedir vistas, para que o comitê pudesse enviar as suas  
1032 considerações para conhecimento desta Câmara. Era essa minha  
1033 participação neste item de pauta. É só para esclarecer, é o processo, ele  
1034 e ele. A pauta obedeceu aquilo que está previsto no regimento interno.  
1035 Não são 10 dias. Antes da reunião, então, não há ilegalidade alguma em  
1036 relação a esse ponto. Nós obedecemos de forma sistemática aquilo que  
1037 está previsto em lei, lembrando que não é só esse momento do  
1038 interessado em ter acesso ao processo. Quando o processo ele ingressa  
1039 no estado, há uma publicação que o processo ele foi formalizado. A  
1040 superintendência no site, algo contato de toda a superintendência.  
1041 Qualquer interessado pode a qualquer momento solicitar cópias do  
1042 processo. Então é o princípio da publicidade está estampada e para  
1043 aqueles que querem ter acesso ao processo, assim como uma  
1044 participação também aqui nesta reunião.". O Presidente Yuri Rafael de  
1045 Oliveira Trovão esclarece: "A pauta obedeceu ao que está no Regimento  
1046 Interno, ou seja, 10 dias antes da reunião. Então, não há ilegalidade  
1047 alguma em relação a esse ponto. Nós obedecemos de forma sistemática  
1048 aquilo que está previsto em lei. Lembrando que não é só esse momento  
1049 do interessado em ter acesso ao processo. Quando o processo ingressa  
1050 no Estado, há uma publicação de formalização. No site há o contato de  
1051 toda a superintendência. Qualquer interessado pode a qualquer momento  
1052 solicitar cópias do processo. Então, o princípio da publicidade está  
1053 estampado e para aqueles que querem ter acesso ao processo, assim  
1054 como uma participação também aqui nesta reunião.". Na sequência o  
1055 presidente passa a palavra a inscrita Isabel Roquette (Vale): "Presidente  
1056 e demais conselheiros, o projeto que está em discussão aqui é uma pilha  
1057 de disposição compactada de estéril e rejeito, em uma cava do complexo  
1058 Itabira, que teve as suas atividades paralisadas em 2003. Estamos saindo  
1059 nessa região, de uma disposição hidráulica para uma disposição  
1060 compartilhada de rejeito filtrado e estéril. Assim como em outros sites da  
1061 Vale também, buscado em Itabira, buscar ao máximo as áreas não  
1062 operacionais, até por falta de redução de áreas mesmo e também para  
1063 reduzir as novas intervenções ambientais. E a Vale, nesse contexto, tem  
1064 buscado alternativas tanto locacionais como tecnológicas, que venham  
1065 ao encontro dessas necessidades. E esse projeto foi desenvolvido dessa  
1066 forma foi desenvolvido, buscando essa disposição compartilhada, essa  
1067 redução de intervenção é como o objetivo final do fechamento da cava. O  
1068 fechamento da estrutura com esse material. É claro que para isso foi todo  
1069 feito o projeto os estudos geotécnicos de avaliação de qualidade

superficial subterrânea. Resultado de todo o esforço da equipe com relação aos projetos com todas as RTs apresentadas. Essa pilha foi apresentada no plano de aproveitamento econômico, formalizado na ANM, tem um parecer de aprovação em dezembro de 2010, e nós estamos aqui com uma equipe que consegue responder e tirar todas as dúvidas do projeto. Nós estamos aqui com o gel Cristiano Souza com o Tiago Mazzini, um geólogo responsável pelo cumprimento recursos subterrâneos e com a própria Gabriela Bentes, responsável pela gestão do Termo de Compromisso firmado com o Ministério público e o órgão municipal, mas com a participação da Vale colaborando com o abastecimento do município. E com os demais inscritos.

E fico aqui à disposição para intermediar em caso de necessidade de esclarecimentos. Obrigada Presidente. ". O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao inscrito Cristiano Santana Souza (Vale): "Então, bom dia a todos, é vou apresentar para vocês o projeto PDER Cava Cauê. O item da pauta. Eu dividi a apresentação para gente discutir em 4 itens. Arranjo geral da pilha. Dispositivo de segurança e controle. Evolução das investigações geotécnicas e Sequenciamento Construtivo. Começando pelo arranjo geral da pilha, a gente tem uma área total de implantação desse projeto, 244 ha, um volume de disposição de 176.000.000 de m<sup>3</sup>, a cota máxima de 1125. Altura a partir da elevação 896, 229 m, sendo esse ponto aqui, o platô de estéril mais alto, contrapilhado aqui na PDE Aba Oeste. Altura de berma de 15 m, não é a largura mínima entre bermas de 9 a 15 e o ângulo de face dos taludes de 2, 2H, 1V. Pontos importantes do projeto: uma disposição limitada a 16.000.000 de toneladas por ano. Utilização da barragem CEMIG 1, para contenção de sedimentos, ela fica aqui em baixo, foi mencionado, alguns pontos importantes técnicos ao longo da discussão. Essa disposição aqui não tem nenhuma conexão com as barragens citadas, ela está bastante isolada aqui e o outro ponto é sobre a condição de disposição de rejeito dentro da cava, que eu vou apresentar para vocês. Um outro ponto importante que eu vou apresentar para vocês é quanto a construção dessa pilha. Ela vai ser um aterro compactado quando trolado ela vai crescer como um aterro de barragem compactado com camadas bastante esbeltas, com liberação de verificação de grau de compactação, liberação para receber a próxima camada. Então é um aterro controlado. Não podemos dizer que é uma pilha de estéril jogada de forma é descontrolada. Além desse controle, desse rigor de construção, de terraplenagem, nós temos alguns dispositivos de segurança, medidas de controle. O primeiro é uma drenagem interna robusta. É um tapete drenante aqui na saída da estrutura, que tem mais de 2 m de espessura de material granular transacionado. Dimensionado para eventos pluviométricos extremos conforme as nossas normas, conectado a um canal e esse canal conduz

toda essa parte de drenagem para o dique CEMIG 1, da barragem. Outro ponto que nós temos é a instrumentação, também robusta, projetada e calculada com base nas análises numéricas. Com o propósito de permitir a implantação da estrutura e, principalmente, a operação segura dela. Então tem várias seções instrumentadas com diferentes tipos de instrumentos. Piesômetros elétricos, Casa Grande como redundância, medidores de nível d'água, Marcos topográficos, células de carga para medição de recalques de aplicação de tensão na base da fundação, né? Tem até perfil metros em quilômetros, medidor de vazão e poços de Alívio. E o principal, todos esses instrumentos serão automatizados e conectados ao CMG, monitorados 24/7, como nós fazemos hoje com as nossas barragens. O diferencial do projeto foram as investigações geotécnicas. Nós viemos estudando este projeto desde 2019. Fechamos uma investigação, uma campanha de sondagem CPT bastante abrangente, onde foram feitos quase 3.000m de sondagens hidrogeológicas e sondagens com contexto geomecânico no entorno da cava. O Mansine, nosso colega vai detalhar um pouco mais o contexto hidrológico e o resultado dessas sondagens. E a sondagem hidrogeológicas vai no intuito de verificar a estabilidade destas paredes da cava. E o CPU dentro da cava, nós fizemos e 32 centavos na praia, quase totalmente 300 m no total e 19 CPTUs na área alagada. Que é a área do lago. Então, se a gente for ver aqui, hoje, aqui está o ponto de esgotamento na formação da praia até a cota 8 neve e meia. Que é a cota licenciada da disposição do rejeito hidráulico dentro da cava. E o lago está aqui nessa região. Todas estas sondagens são de praia e as sondagens aqui, e esses CPTUs aqui no lago. Então, colocamos um equipamento em cima de um barco e fizemos CPU submerso. E qual é o grande propósito desses CPTUs? Verificar a condição de adensamento desse rejeito, capacidade de carga e principalmente usar esses dados nos modelos numéricos, para nos permitir definir qual é a velocidade construtiva. Nós sabemos que a gente vai construir a pira de forma, camada a camada, com controle de compactação. Mas, esses CPTUs aqui nos dá a garantia, no modelo numérico de que a fundação está robusta e controlada. Para que não tem nenhum problema de assentamentos diferenciais além do expectado, do previsto e, principalmente, nenhum tipo de ruptura ou liquefação da base. Adicionalmente, além das amostras indeformadas dos blocos, em todas as amostras coletadas nas sondagens, nas valas elas foram encaminhadas para os laboratórios nacionais e internacionais. Temos universidades envolvidas em parceria com a gente. Então, temos amostras no Brasil e fora do Brasil. Fizemos amostras no NDA, fizemos amostras na universidade do Porto, em Portugal. NDA em um dos laboratórios mais avançados do mundo, na Noruega. Onde quase 190

amostras foram testadas e caracterizadas. 92 amostras de rejeito hidráulicos, 55 rejeito filtrado arenoso, filtrado total. E o rejeito arenoso do Cauê. Em paralelo, nós fizemos o primeiro aterro experimental nos anos de 19 e 20 e ao longo de 21, final de 21 agora, para esse ano, estamos terminando o segundo aterro experimental, onde o principal objetivo é entender como é que esse material se comporta do ponto de vista de construtibilidade. Obter qual a espessura de camada permitida, a umidade ótima de compactação. Qual que é o Rolo ideal? Qual é o tempo de ciclo e qual que é o grau de compactação e índice de vazios, que nos permite garantir, pelas análises e pela caracterização dos materiais e construtibilidade, que nós não vamos atingir o comportamento, por exemplo contrátil do material. E isso nos afasta completamente uma possibilidade de liquefação. Esse é o grande ponto. Obter parâmetros para os modelos numéricos e entender a construtibilidade desse material para que a operação seja feita de forma segura. Então, aqui em baixo temos os recursos envolvidos, hoje, que estão conduzindo, fechando o aterro experimental. E no último ponto para concluir, a nossa projetista é a Tractibel, nós temos envolvido aí desde 19 um design review, que é o DCD, um grupo de consultores de Londres, associado em Imperial College London, que é uma universidade mundialmente conhecida de zootecnia e engenharia. Ela, vem validando e nos ajudando a revisar essa engenharia, desde o seu conceitual, desde a primeira etapa de engenharia conceitual. Entrando num sequenciamento construtivo significado, acho que vai responder inclusive alguns pontos sobre a parte do lago e do controle do recalque. Então aqui no início, agora em maio de 2022 a gente está com esse ponto que é a formação da praia. Onde está pontilhado vermelho gente está fazendo este espicotamento de rejeito hidráulico. Quando chegar em agosto de 22, a gente faz a mudança do espicotamento de rejeitos para essa região e já começa a fazer a construção da primeira etapa do tapete drenante, na saída do ponto de drenagem, conectando aqui o canal indo lá para o Cemig 1. Faça o lançamento de estéril rochoso, que não é estéril e franco, que não é estéril, rochoso, é estéril e franco controlado, blocado, como transição de fundação. Tanto aqui nessa região que a primeira etapa disposição futuro do rejeito filtrado, como também na parte do dreno de saída. Ocorre a formação da praia 2, uma vez que a gente já havia mudado o ponto de espicotamento e esse lago vai sendo cada vez mais depressionado e reduzido e aqui tem a balsa de captação. Temos a conclusão da execução da drenagem interna, essa parte verde e o início da operação no ano que vem do rejeito filtrado nessa primeira área, que é onde já foi depositada a sua cama de estéril rochoso. Segue com a disposição do estéril nessa segunda parte do espicotamento e depois faz a conclusão da exposição do estéril, quando o lago já tiver sido completamente seco. Então a

disposição, ela vai ocorrer na medida que a gente vai pressionando e reduzindo cada vez mais o espelho d'água. O Thiago vai apresentar o contexto hidrogeológico. A gente vai ver que o lençol freático está bem mais abaixo. A preocupação de umidade dentro dos poros, o CPU traz essa informação para a gente. Então, nos modelos de adensamento e velocidade construtiva, a gente, consegue verificar qualquer saída de água dos povos em função do processo de adensamento e nos aproxima de uma condição de estabilidade e conhecimento da residência da fundação, para que a gente consiga subir com essa pilha. Fecha a base de estéril rochoso e depois faz o início do processo de subida da pilha de disposição de rejeito, camadinha a camadinha, com controle de compactação e liberação para a próxima camada. Então vai ter toda uma estrutura no campo, com laboratório dedicado, a geotecnia operacional tem um manual de operação que tem todos os critérios de controle de construtibilidade, liberando essa operação diariamente 24/7, a subida da estrutura. E aqui uma imagem final, de como a gente vislumbra a reconstrução da região do Cauê. Quando a pilha atingir a sua situação final. Era isso que eu tinha para apresentar para vocês. Fico à disposição para qualquer questionamento.". O Presidente Yuri trovão, agradece a apresentação: "Agradeço a apresentação, já falei aqui algumas vezes esse tipo de apresentação visual, para quem não tenha formação em engenharia, de Minas, Civil, é muito esclarecedora. Principalmente para aquelas pessoas que são possíveis atingidos, que estão ali na área diretamente ou indiretamente afetada. Então, vou parabenizar a equipe da Vale pela apresentação do bastante esclarecedora.". Na sequência passa a palavra ao inscrito Thiago Mazzini "Bom dia. Meu nome é Thiago, eu sou um dos responsáveis da área de Hidrogeologia de Itabira. Então, a gente vai mostrar para vocês alguns dados, por que anteriormente esse projeto, como já foi dito, o projeto da PDR Cauê, a gente já faz a disposição de rejeito hidráulico na cava Cauê, desde 2004, então a gente tem um histórico mais robusto de monitoramento, da influência da disposição de rejeitos na cava, com água subterrânea. Então, eu vou mostrar aqui apenas um histórico para quem não conhece a região. Então, a Mina do Cauê foi paralisado, o processo de lavra, a retirada do minério, entre final 2002 e início de 2003 e entre 2003 e 2004, iniciou-se a disposição de rejeito em cava. Então, a gente pode verificar aqui nas fotos, o rejeito sendo disposto nessa cava do Cauê. Então, para fazer o monitoramento hidroquímico, para ver a qualidade de água a gente tem que, primeiro, fazer a recuperação desse nível. Então, no momento que eu paraliso as atividades de lavra e vou paralisando sistematicamente alguns poços de captação para rebaixamento, o nível do aquífero tende a recuperar. Então, é nesse ponto que a gente está vendo, nessa linha vermelha, é um monitoramento do nível da água da cava Cauê, ou seja,

1242 dessa região e os instrumentos localizados no entorno da mina que  
1243 demonstram claramente a influência, a recuperação do nível da água na  
1244 cava, com a elevação do nível da água no entorno. Então, ou seja, quando  
1245 eu começo a elevar o nível da água na cava, eu começo a notar  
1246 exatamente o mesmo comportamento nos instrumentos, nos pisômetros,  
1247 nos indicadores de nível de água, isso mostra que de fato tem um fluxo  
1248 de água subterrânea desse ponto, para esse ponto, aqui é um possível  
1249 transporte de um hipotético contaminante do rejeito, que também vai  
1250 seguir o mesmo transporte do fluxo da água subterrânea. Esse ponto  
1251 localizado um pouco mais jusante da cava, mostra também de fato uma  
1252 recuperação do nível, né, menor do que os demais pela proximidade, em  
1253 relação a cava. Mas mostra que de fato essa água, então ela está fluindo  
1254 daqui do aquífero, para cá. Esse ponto aqui embaixo vai ser importante  
1255 também, durante a apresentação, porque esse aqui é o bairro Penha,  
1256 cidade de Itabira, onde algumas nascentes começaram a aparecer após  
1257 a recuperação do nível d'água, após a recuperação de nascente.  
1258 Mostrando claramente a relação da recuperação da nascente com a  
1259 recuperação do aquífero. Então, aqui só fazer um corte, e a gente mostra  
1260 que durante o rebaixamento da mina, quando a gente estava operando a  
1261 mina, você tem que o fluxo da água, ele se dá do aquífero em direção à  
1262 cava. É porque eu estou extraíndo essa área do arquivo, logo eu estou  
1263 criando essa relação, como se fosse rio efluente. No caso, a cava seria  
1264 efluente em relação ao aquífero. O aquífero alimenta a cava. Então,  
1265 conforme eu vou desligando estes poços e vou elevando o nível d'água,  
1266 eu passo a ter essa relação influente, contrária. Então, hoje a cava Cauê,  
1267 o nível da água liberada pelo rejeito na cava Cauê, é acima do nível da  
1268 água monitorado no aquífero. Então, o que vai acontecer é que a cava  
1269 pode alimentar novamente o aquífero. Ou seja, a gente tem essa  
1270 alteração na condição do fluxo subterrâneo. Que é esperado e que a  
1271 gente pode monitorar na ascensão dos níveis d'água. Então, fora esses  
1272 pontos que que de monitoramento hidrogeológico, em 2001 a Vale  
1273 instalou também mais 12 novos instrumentos para verificar essa elevação  
1274 do nível da água. Porque, antes de eu começar a fazer esse  
1275 monitoramento hidroquímico, eu devo saber o comportamento da água  
1276 subterrânea, o fluxo da água subterrânea. Então, é um dos primeiros  
1277 pontos! Como já foi dito anteriormente: o que é o rejeito? O rejeito é  
1278 oriundo do beneficiamento de minério de ferro. Então, a Vale fez essa  
1279 caracterização do rejeito. Então, a gente faz a primeira, de que tipo de  
1280 resíduo é gerado, segundo as normas existentes. Onde, então a gente faz  
1281 estudos de lixiviação e solubilização desse material e também é exposto  
1282 para verificar, por a 10.004 relacionada à disposição de resíduos,  
1283 classificação de resíduos e esses estudos relacionados à possíveis danos  
1284 nocivos ao meio ambiente. Então, a gente verifica que o minério de ferro

como é de se esperar, o maior percentual é a sílica, que é aquele que vira rejeito, porque é o produto. O ferro que a gente acaba de fato perdendo, para a usina, a gente acaba perdendo, não consegue retomar com 100% desse minério. Então, a gente tem que os outros minerais que aparecem, outros elementos que aparecem, um pouco de manganês, óxido de magnésio e óxido de alumínio. Então, isso é 98, 99% de fato, o que é o rejeito do minério de ferro. Foi até muito bem citado, anteriormente pelo senhor Júlio, a questão de arsênio, vamos mostrar também dados aqui de metais pesados. É que o arsênio vai estar mais nacionalmente ações de ouro, de arsênio Prita. O Prita para cobre, a galena para mineração de chumbo. Esses são minérios sulfetados, que podem ter mais relação com o arsênio. Então, se a gente tem o fluxo da água subterrâneo, no monitoramento hidrogeológico, a gente pode definir alguns pontos para captar essa água subterrânea e analisar, fazer essas coletas. Então hoje a gente tem 2 poços aqui, o 2 vocês podem verificar que está exatamente no mesmo local do 6. O poço 2 está representado aqui, mas ele não existe mais, mas ele está aqui para gente demonstrar o seu histórico de monitoramento desde 2004. Esse poço foi paralisado em 2018 e atualmente a gente perfurou, bem próximo a ele, o poço 6. No mesmo lugar, onde a gente tem esse acompanhamento. Foi instalado um poço de monitoramento também próximo daquele instrumento que demonstrou elevação e a gente monitora também as nascentes, porque é muito importante. Porque de fato ela mostra essa relação da elevação do nível da água. Então, aqui a gente tem alguns parâmetros, nós temos todos os parâmetros com base na Conama 396 e a gente vai mostrar alguns aqui, até pelo tempo. Então, a gente tem a data desse histórico, então esse amarelo é o poço 2, a concentração que a gente utilizou de alguns parâmetros, nesse caso, é o ferro total, 03 é o máximo permitido pela Conama 396. Esse ponto aqui acima do poço 2, a gente verifica se tratar de um outlier, que é um ponto de uma gama de outras demais coletas. Esse ponto aqui em cima, que os senhores estão verificando, ele é do poço 6, mais recente. Na perfuração de poços, a gente acaba perfurando com lama, e a broca corta e Tritura esse material, o ferro e o manganês que está na hora disponível. Então, assim é algo muito comum que antes da gente desenvolver o poço, a gente já tem que fazer uma coleta para solicitar outorga, o parâmetro ferro/manganês, para que ele fique elevado momentaneamente. Mas como a gente pode perceber nas demais campanhas, ele já está abaixo do VMP, como ocorre com os demais postos de captação. O manganês pelo mesmo motivos, ele teria no início, em um ponto acima, durante o teste de vazão, depois o poço fica desligado até a gente obter outorga. No outro ponto ainda acima e agora a gente já tem todos os pontos, abaixo. Então, isso não significa de forma alguma uma possível contaminação. Isso é uma coisa extremamente

comum, durante a perfuração do poço, que até a gente desenvolver, ou seja, deixar apenas água do aquífero entrar no poço e não a lama de perfuração. Então, por isso que é comum nesse caso, a gente obter esses dados para ferro manganês, acima. Um outro ponto que a gente tem é o sódio, que mostra mais essa relação da disposição de rejeito. Se a gente verificar que o poço 2 está bem próximo ao poço 6, verifica-se que de fato há uma elevação ao longo do tempo. Esse é o poço 6, poder. A gente poderia perguntar: mas, será que ao longo prazo, daqui a 20, 50, 100 anos, eu vou chegar a ultrapassar esse limite, que é o preconizado, hoje, pela Conama 396? E a resposta é definitivamente, não! Porque a concentração do próprio rejeito, além de você ter a paralização, você para de ter o aporte de sódio, que não é do rejeito, mas da água utilizada no beneficiamento. A concentração que a gente tem no rejeito de sódio é bem abaixo de 200 miligramas por litro. Ela fica em torno de 100 miligramas por litro, ou seja, eu não conseguiria ter uma contaminação uma fonte, onde a própria fonte tem uma concentração menor do que o VMP. O nitrato, é outro ponto que a gente também monitora e de fato, estamos muito longe do valor máximo permitido, inclusive se a gente observar que os pontos externos, que são superficiais, têm concentração de nitrato maior do que os poços. O que é comum com uma contaminação por nitrato, ela pode estar associada a decomposição de matéria orgânica, que a gente pode ter na superfície do solo, mas em poços profundos é bem menos significativa. Aqui, a gente colocou até para não estender muito, mais alguns metais pesados, como o Cádmio, o Cromo e o Mercúrio, para verificar e também esse histórico mais robusto, desde 2004 de monitoramento e a gente de fato não tem valores que excedam um ponto aqui novamente, quando se tem uma amostragem muito grande, de apenas um ponto, ele é considerado um outlier e não uma concentração acima do VMP. Além desses metais pesados, também temos outros de Bário, de Cobre e de Zinco. Mas estamos mostrando alguns deles aqui para apresentação. Um outro ponto, para gente fechar essa parte hidroquímica, esses que são chamados de diagramas de stiff, que são muito utilizados para correlacionar águas, então, o que que significa? Ele é a concentração, em mg equivalente, então a gente tem os principais ânions, formadores da água e os principais cátions, formadores da água. Então, quando a gente pega a água com disposição de rejeito, ela é muito sistemática que ela é uma água bicarbonatada, água sódica. Quando a gente verifica os poços, que esse poço 4, apresenta uma mineralização muito inferior, a gente verifica um pontinho a mais de sódio, assim verificamos no Cauê, que o principal cátion é o sódio, mas nesse caso o ânion é o sulfato, o que corrobora com os dados hidroquímicos de mostrar essa leve elevação no parâmetro Sódio. Mas ainda muito, muito abaixo do preconizado em lei. Então, assim, para a conclusão, a gente

1371 temesses dados desde 2004. A gente implementou inclusive, em outubro  
1372 de 2019, é um programa sistemático mensal de coleta não apenas nos  
1373 postos do Cauê, mas todos os postos do complexo, incluindo o Complexo  
1374 Itabira. E até uma questão da própria resolução do Conama, que ela diz  
1375 que ‘a contaminação é a presença de substância química no ar, água ou  
1376 solo decorrente de atividade antrópica em concentração de sais que  
1377 restrinjam a utilização desse recurso ambiental para os usos atual  
1378 pretendido’. Então, a gente verifica para trás dos dados que não há  
1379 nenhuma restrição ao uso da água subterrânea, seja para qualquer tipo  
1380 de uso, desde de irrigação, de recreação e até mesmo o uso mais nobre  
1381 de abastecimento público ou consumo humano. E um outro ponto que já  
1382 foi até já me citado pelo Cristiano, nessa hipotética vulnerabilidade do  
1383 aquífero, em relação à disposição de rejeito, ela teria muito mais  
1384 relacionada à atual disposição, na cava, onde tenho o contato do rejeito  
1385 com Aquífero, porque a pilha vai ter o dreno de fundo, o tapete drenante  
1386 da pilha, que está localizado acima do nível da água do Aquífero. Então,  
1387 a água que vai infiltrar dessa pilha, parte da água vai sair pela superficial,  
1388 claro. E a parte dessa água que infiltrar, quando ela chega no tapete  
1389 drenante, que tem uma permeabilidade muito maior do que a base, que é  
1390 o próprio rejeito, que já foi depositado, essa água sai pelo dreno de fundo,  
1391 impossibilitando nova recarga. A gente queria mostrar alguns dados  
1392 desse importante momento que a gente já realiza aqui no complexo. O  
1393 Presidente Yuri Trovão: “Agradeço o Thiago. Até deixei de entender um  
1394 pouco, mas por solicitação por parte dos conselheiros Paganini e Pedro.  
1395 Mas foi para esclarecer, aqueles que estão acompanhando aqui o  
1396 julgamento do processo. Agradeço muito obrigado ao Thiago pela  
1397 manifestação.”. Na sequência o presidente chama o próximo inscrito Luís  
1398 Cláudio de Castro Figueiredo: “Bom dia, sou presidente demais,  
1399 conselheiros, houve, estamos ouvindo isso? Eu sou um integrante da  
1400 equipe licenciamento ambiental e vou aproveitar esse meu tempo de  
1401 inscrição para poder trazer as informações até complementando as  
1402 informações aí solicitadas pelo conselheiro Paganini com relação às  
1403 barragens. Um Panorama bem rápido aqui é um resumo sobre a situação.  
1404 Bom é, atualmente nós temos 15 barragens na em Itabira, no complexo.  
1405 Sendo que 3 delas estão em nível 1 de emergência. Pontal Borrachudo,  
1406 2 e Santana. E mais especificamente, sobre a barragem Santana, afinal  
1407 de contas, ela está aí na ela faz parte da drenagem da dos canais  
1408 periféricos da cava Cauê, inclusive onde a gente tem um ponto de  
1409 monitoramento de qualidade da água, também é mais especificamente  
1410 sobre ela. Ela está atualmente em uma obra de reforço, com previsão de  
1411 retirada de emergência no final desse ano. O que ocorreu foi uma erosão  
1412 na ombreira, causada pela chuva forte no início desse ano e que a gente  
1413 está lá em fase final de tratamento, com previsão de terminar essa obra

1414 na próxima semana. Agora, retomando a questão da barragem, então já  
1415 falei que são 15, entrando nesse ponto da descaracterização. Atualmente,  
1416 nós já fizemos a descaracterização de 2 delas o dique do Rio de peixe e  
1417 o dique 5 e dentro desse programa de descaracterização, nessa  
1418 programação serão ainda descaracterizados os diques 1A e 1B, o dique  
1419 Poema e os Diques 2, 3, 4 e dique Milervino e o dique de Cordão Nova  
1420 Vista. Então, de uma forma geral eu acho que no intuito de atender essas  
1421 informações, seria isso que eu teria para trazer para vocês. Obrigado.”. O  
1422 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão volta aos conselheiros com a  
1423 palavra o conselheiro Pedro Lima (ProMutuca): “Obrigado Yuri. Primeiro,  
1424 eu gostaria de passar para a dona Maria Teresa Corujo, que a ProMutuca  
1425 ela está à disposição para representar a sociedade civil. Qualquer um que  
1426 queira se manifestar aqui no conselho, né, que é um dos nossos papéis e  
1427 que para isso a gente só pede que as pessoas entram em contato com a  
1428 gente com tempo hábil para gente poder discutir junto com essas  
1429 pessoas, com os nossos conselheiros, é sobre o processo. Não é chegar  
1430 um ou 2 dias antes para impor alguma coisa para a gente. É uma decisão  
1431 da ProMutuca e essa decisão pode ser construída sim, junto com a  
1432 qualquer ONG, com qualquer pessoa que quiser, estar participando,  
1433 contribuindo ou se manifestando a sua opinião. Para facilitar isso, a gente  
1434 já conversou na diretoria, nós passaremos a enviar às ONGs interessadas  
1435 um e-mail, com a pauta das próximas reuniões para que elas tenham mais  
1436 chances de se manifestar, de se inteirar. E o nosso conselheiro, a nossa  
1437 diretoria vai estar à disposição para ajudar no acesso aos documentos e  
1438 tudo que eles necessitarem. Para a gente evitar essa questão de a  
1439 pessoa não entender o processo, não saber o que está acontecendo. Eu  
1440 gostaria também de agradecer e elogiar o Cristiano e o Thiago, pelas  
1441 apresentações, que foram bem explicativas. É, gostaria de perguntar o  
1442 Cristiano sobre a possibilidade do reflorestamento, após o preenchimento  
1443 da cava. Isso foi questionado para a gente, solicitado que trouxéssemos  
1444 para o conselho e também a solicitar à Gabriela que explanasse de uma  
1445 forma menos técnica para o público leigo que está nos assistindo, sobre  
1446 o impacto, desse processo no lençol freático e nos recursos hídricos da  
1447 região, que a gente também teve. O questionamento sobre esse tipo de  
1448 impacto do projeto são, são essas as considerações.”. Presidente Yuri  
1449 Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao inscrito Thiago Cristiano  
1450 pode responder os questionamentos realizados pelo conselheiro Pedro.  
1451 Inscrito Cristiano Santana (Vale): “É obrigado pelas perguntas, obrigado  
1452 pelo reconhecimento. Eu vi esse projeto como algumas pessoas  
1453 colocarem, como oportunidade para a gente preencher uma cava que já  
1454 vem sendo minerada desde a década de 50. O senhor Orsini dever ter  
1455 estado lá, naquele momento, lá atrás. E o grande ponto da grande, o  
1456 grande ponto positivo desse projeto, seu Pedro é realmente a capacidade

reconstruirmos o morro do Cauê. Então, no plano de crescimento da pilha de estéril e rejeitos, o reflorestamento, a vegetação e a proteção dos taludes, seguem concomitantes. É um fechamento progressivo, não fechamento ao final da estrutura. Isso faz parte de um grande plano que está fazendo aí de uso futuro, compartilhado com a sociedade de uma estrutura que tem que ser fechada concomitantemente. E isso até impede erosões superficiais e realinhamento de sedimentos. É um ótimo ponto colocado e eu vejo como um ponto positivo do projeto que a gente tem que conduzir durante a sua operação.". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao Thiago: "Até para responder o Pedro. Até agradeci pela pergunta que é um tema extremamente importante. De fato, é uma preocupação de todos, a questão dos recursos hídricos. Nesse caso, os recursos subterrâneos. Então, o primeiro ponto é que a gente tem que observar essa questão de que é o rejeito, de minério de ferro. As vezes a gente costuma associar que o rejeito de minério de ferro ter metais pesados, que pode ser nocivo à saúde ou ao meio ambiente. Então, quando a gente faz aqueles ensaios, a gente já coloca, o rejeito como classe 2, ou seja, é que é não perigoso e não inerte. Por que não inerte? Porque tem que tem parâmetros, cálcio, magnésio, que podem solubilizar água, isso é fato. E então quando esse minério é disposto na cava, vai interagir com a água subterrânea, a gente consegue através os poços instalados de monitoramento de captação, verificar se tem algum parâmetro que a gente está excedendo, ou seja, que eu deixaria de possibilitar o uso dessa água para qualquer para qualquer tipo de finalidade. Para o abastecimento público e o consumo humano que seria mais importante e é mais restritivo. Inclusive, a gente utiliza os dados mais restritivos. A gente utiliza os parâmetros e concentrações estabelecidos pela Conama 396, para consumo humano. A 396 é dividida, consumo humano, irrigação.... Então a gente utiliza consumo humano, que é o uso mais nobre. Então, a gente verifica que desde 2004, assim como a gente verifica nos demais, pessoal, para deixar claro. Não apenas o Cauê, todos os poços de água subterrânea, instalados no complexo, que fornecem água ao município. A gente faz esse acompanhamento mensal. Então, todos os meses a gente verifica todos os parâmetros existentes nessa Conama 396, que a nossa referência, o nosso guia. Então, todos eles até hoje apresentam valores abaixo. Alguns outlier, como eu mostrei para os senhores, as vezes em 90, um ponto acima. E estaticamente ele chega a ser irrelevante, por isso, é uma outsider, mas com o nosso monitoramento. Então o que que é contínuo, ele não paralisa ele é mensal. Inclusive as coletas e campanhas são realizadas por laboratório, acreditado. Ou seja, o laboratório faz tanta a coleta quanto a análise, todo o processo acreditado e certificado. A gente não tem de fato nenhum parâmetro que impossibilite ou que tenha alguma ação danosa para água

1500 subterrânea, para o consumo humano.". O conselheiro Pedro Lima  
1501 (ProMutuca): "Eu quero te agradecer a exploração, mas uma pergunta  
1502 que eles têm feito para gente solicitar aqui, é que eles falam que estão lá  
1503 em Itabira, está tendo muito problema com falta de água. A gente queria  
1504 saber o impacto da cava atual, quanto do preenchimento dela,  
1505 relacionado com a questão da falta de água. Se vai diminuir essa questão  
1506 da falta de água, se pode correr o risco de aumentar a falta de água. Essa  
1507 que é a pergunta que a sociedade tem feito para gente. A inscrita Gabriela  
1508 Mendes (Vale): "Pedro é boa tarde, não tem nenhuma questão de água  
1509 dos poços que possam interferir nessa quantidade, não. Atualmente a  
1510 gente tem um termo de compromisso em Itabira, a gente fornece 160 litros  
1511 por segundo de água para comunidade. Cem litros de água tratada,  
1512 atendendo as portarias, no anel hidráulico e 60 litros por segundo,  
1513 distribuído em 2 pontos de captação: Areão e Rio de Peixe. Que são para  
1514 tratamento do site então atualmente esse é nosso fornecimento e além  
1515 disso, a gente tem um projeto, rio Tanque, previsto para conclusão em  
1516 2026 e ele está fazendo esse projeto para captar água do Rio tanque, que  
1517 está na distância, mais ou menos de 25 km do município de Itabira e a  
1518 Vale vai construir a captação e a estação de tratamento, também  
1519 convencional, para abastecer a comunidade. E a vazão total são 600l/seg.  
1520 Mas não tem interferência dos postos em redução das ações nem  
1521 contribuição das cavas.". O conselheiro Pedro Lima (ProMutuca): "Então,  
1522 resumindo, não tem nenhuma ligação desse projeto com o fornecimento  
1523 de água para a população. E pelo que você me falou a Vale já está  
1524 fazendo algum projeto para poder melhorar esta falta de água. Somente  
1525 para ficar claro para os leigos. A inscrita Gabriela Mendes(Vale): "Isso!  
1526 Exatamente, inclusive, os poços que a gente fornece água para o site são  
1527 todos monitorados. Como Thiago falou, a gente acompanha mensalmente  
1528 para mais que exigem monitoramento semestral e a gente faz esse  
1529 controle. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra  
1530 ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): "O Cristiano que  
1531 apresentou o projeto, aborda da cava, aparte superior mais a montante  
1532 da cava, ela tem um contrapiso, pelo que eu entendo como forma  
1533 de estabilidade hidrológica. E é um ganho. O Presidente Yuri Rafael de  
1534 Oliveira Trovão passa a palavra ao inscrito Cristiano Santana (Vale): A  
1535 gente fez de sondagens geomecânicas e hidrogeológicas no entorno da  
1536 cava, para poder entender o contexto da parte de baixo ali, que é o topo  
1537 da cava, na cota 900. A aba oeste, que aquele contra pilhamento da pilha  
1538 e aquela parte das paredes. Dentro do próprio projeto, nessas paredes  
1539 tem umas pequenas erosões, que são tipo ravinamentos por chuva, que  
1540 serão reconformados, durante o crescimento da estrutura. Isso está  
1541 correto, a pilha vem ainda mais com um contrapiso que ajuda a  
1542 reconformar e trazer mais estabilidade para o contexto geomecânico da

1543 cava do Cauê. Apesar de as paredes estarem estáveis no ponto de vista  
1544 de estabilidade global, mas o conhecimento do nível da água, o  
1545 conhecimento do contexto geomecânico, que fazem parte das análises  
1546 das seções críticas de estabilidade, elas são consideradas inclusive na  
1547 geometria do próprio projeto. A gente tem que garantir não tenha nenhum  
1548 tipo de instabilidade, mesmo que abaixo não haja nenhum tipo de lago,  
1549 com possível geração de material é compactado com o controle. Esse foi  
1550 um cuidado que nós tivemos um projeto. Então a pilha realmente traz  
1551 esse conforto para gente, de ser um ganho de segurança no contexto da  
1552 cava.". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao  
1553 Superintendente Rodrigo Ribas (Suppri): "Ficou somente uma questão só  
1554 que foi levantada pelo inscrito, em relação à publicação do pedido de  
1555 licença. Todas outras parecem foram plenamente respondidas pelo  
1556 empreendedor, até com mais riqueza de detalhes do que consta no  
1557 processo. Então, eu queria dar uma informação que o relator ambiental  
1558 simplificado que instrui o processo de licenciamento tem 31 páginas. Nós  
1559 temos 812 páginas, mesmo relatório, considerando os anexos que fazem  
1560 parte e que foram apresentados por iniciativa do próprio empreendedor.  
1561 Como por exemplo, estudos que tratam da influência da disposição de  
1562 rejeito em cavas, sobre o aquífero em outros casos. Mas não  
1563 necessariamente precisariam instruir esse processo. Esse processo tem  
1564 31 páginas, ele poderia ter sido lido com muita tranquilidade, muita  
1565 rapidez, com qualquer pessoa tivesse acessado SLA, assim como você,  
1566 falou a princípio.". E na sequência passa a palavra à técnica Monike  
1567 (Suppri): "Bom dia a todos, inicialmente, cabe salientar a respeito da  
1568 publicação, que todos os processos analisados na Semad se pautam  
1569 pelos princípios da legalidade e da publicidade. Dessa forma, destacamos  
1570 que a publicação do pedido dessa licença ambiental simplificada, sempre,  
1571 deve ser realizada pelo órgão ambiental, no diário oficial. O que ocorreu  
1572 devidamente no dia 15/01/2022. E em até 20 dias, após a formalização  
1573 do processo, deve ocorrer esta publicação. Ponto que também foi  
1574 respeitado aqui, vez que a formalização do processo ocorreu no dia  
1575 11/01/2022. Dessa forma, o estabelecido no parágrafo 3º, do art. 30, da  
1576 DN 217, de 2017, foi devidamente cumprido. Agradeço e permaneço à  
1577 disposição.". Superintendente Rodrigo Ribas (Suppri): "Registro que na  
1578 capa realmente saiu sugestão pelo deferimento/ indeferimento, nós  
1579 vamos fazer a nova assinatura da capa, e inserir no processo. Não há  
1580 prejuízo da análise, mas como o conselheiro Eugênio fez o registro, nós  
1581 vamos fazer a recomposição, encaminharemos para o para o sistema, aí  
1582 sim, o sistema de decisão, seja qual for a decisão dos conselheiros já com  
1583 é a capa corrigida.". Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão coloca em  
1584 votação o item 6.1 Vale S.A./CVRD Complexo Minerário de Itabira:  
1585 **PROCESSO DEFERIDO.** Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese (pelo

chat), Codemig, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Ausente: Ibama. **7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação:** 7.1 Mineração Usiminas S.A. - Cava Musa - Lavra a céu aberto - minério de ferro - Itatiaiuçu/MG - PA/Nº 00066/1984/051/2015 - SEI/Nº 1370.01.0005090/2021-95 - ANMs: 933.980/2010; 831.056/1981; 830.364/1988; 830.373/1978; 815.055/1973 e 831.075/198 - APEF/Nº 005100/2015 - SEI/Nº 1370.01.0009325/2021-16 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Supri. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (dez) ANOS.** Favoráveis: Segov, Sede, Codemig, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, SME Abes. Abstenção: ProMutuca, (Justificativa: por não ter tido tempo para analisar o processo). Ausências: Sedese e Ibama. **8. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação:** 8.1 Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. - Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração - Tapira/MG - PA/SLA/Nº 5079/2021 - Classe 6. Apresentação: Supram TM. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao conselheiro José Ângelo: repete a pergunta por solicitação da representante da Mosaic: "Essa Câmara aprovou aqui uma barragem de rejeitos chamada BR, apesar de já existir tecnologia de tratamento a seco do rejeito de vocês, segundo foi analisado naquele processo. Eu quero saber a diferença entre essas duas barragens. Se esse rejeito que vai para a BL 1 não é o mesmo que vai para BR. É, qual a diferença? Se para esse rejeito também já possuem tecnologia para fazer um tratamento a seco dele. Se há filtragem desse rejeito, para não precisar de utilização de barragens.". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra à inscrita Nayana Marques (Mosaic): "Eu sou coordenadora de licenciamentos ambientais. A pergunta é bastante pertinente. É um processo de passou pela CMI, recentemente, em outubro/21. Esclareço que são rejeitos distintos. Hoje, a gente já tem uma tecnologia bem estudada e já estamos com projetos sendo desenvolvidos para disposição de rejeitos grossos, que é o caso da BR, inclusive e que vai ter um potencial bastante positivo de aumento da vida útil da barragem que foi votada a Licença Prévia em outubro/21, mas no caso da barragem de até Amélia, que é a barragem de lama, é o desafio. Mas, a gente permanece estudando foi bastante discutido aqui, durante o item de pauta 'Assuntos Gerais', pelo Orsini. As lamas são muito finas e é acaba exigindo um nível de estudo maior, exatamente pela questão do desaguamento em si, quanto também pela possibilidade de empilhamento desses rejeitos muitos finos, para cumprimento dos requisitos geotécnicos. Então, hoje a gente está é desenvolvendo esses estudos, mas não estamos conseguindo obter resultados tão positivos quanto a gente teve para

1629 rejeitos grossos. Mas, a empresa permanece aí nesse esforço em relação  
1630 a esse tema.". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a  
1631 palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): "Estou  
1632 entendendo. Segunda fala da Nayana é que o tipo de resíduo é diferente  
1633 do que é depositado na barragem que já foi aprovada. Não é isso aí? Para  
1634 esse tipo de resíduos, não existe ainda uma tecnologia disponível para  
1635 filtrar, é isso mesmo, não tem filtro que contém essa lama?". O Presidente  
1636 Yuri Rafael de Oliveira Trovão retorna a palavra à inscrita Nayana  
1637 Marques (Mosaic): "Exato. Paganini. Aqui a dificuldade técnica é bem  
1638 maior, mas a gente permanece no esforço para conseguir esse objetivo  
1639 de conseguir alternativa tecnológicas possíveis para substituição das  
1640 barragens.". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra  
1641 ao Anderson da Supram Triângulo: "Ratificamos as palavras da  
1642 representante da Mosaic, Nayana Marques. A equipe ratifica o que ela  
1643 explicou.". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: passa a palavra  
1644 ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): "Pelo que eu li no  
1645 parecer único, eu entendi, parece que esse rejeito já passa por um  
1646 processo de separação em uma parte dele vai para filtragem e ele é  
1647 separado. Agora, a outra parte, como é muito fina, não tem ainda esse  
1648 tipo de tecnologia disponível para fazer esse pensamento. Então, essa  
1649 parte ainda é colocada em barragem, mas futuramente, provavelmente  
1650 vocês devem ter algum outro procedimento, pesquisa em cima disso e  
1651 dentro da barragem. Só um questionamento: Como ele é muito fino, vai  
1652 em forma mais pulverizada, distribuída, água tal em suspensão ou vocês  
1653 usam algum coloide para fazer precipitar ou ele é naturalmente  
1654 precipitado.". Inscrita Nayana Marques (Mosaic): "Ao que você comentou  
1655 realmente, realmente tem uma parte que é uma tecnologia anterior, se  
1656 não me engano de 2005. Inclusive que esse material é reaproveitado  
1657 como produto. Que é o nosso ultrafinos realmente, tem esse caso. Já  
1658 está na nossa rotina, e eu me esqueci de mencionar. A gente conseguiu  
1659 inclusive utiliza-lo como como produto. do para perguntar sobre o coloide,  
1660 a gente não tem nenhuma utilização, ele é só um processo físico mesmo,  
1661 não tem adição de nada na barragem.". O Presidente Yuri Rafael de  
1662 Oliveira Trovão coloca em votação o item 8.1 Mosaic Fertilizantes P&K  
1663 Ltda.: PROCESSO DEFERIDO. Votos favoráveis: Segov (pelo chat),  
1664 Sede, Sedese (pelo chat), Codemig, Sindieextra, Fiemp, SME e Abes.  
1665 Abstenção: ANM (Justificativa: "eu não me sinto confortável pois eu faço  
1666 parte da equipe de fiscalização desta barragem"), Relictos (Justificativa:  
1667 "eu não me sinto confortável em aprovar alteamento de uma barragem de  
1668 rejeito"), ProMutuca (Justificativa: "devido ao fato levantado pelo  
1669 conselheiro Tobias, não nos sentimos confortáveis em votar favoráveis).  
1670 Ausente: Ibama. **9. Processos Administrativos para exame de Licença**  
1671 **de Operação Corretiva:** 9.1 Indústria de Cal SN Ltda. - Extração de rocha

para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril, Usina de produção de concreto comum; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Lavras/MG - PA/SLA/Nº 2705/2020 - ANMs 834.652/1995 e 830.474/20003 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini: “O parecer único destaca a presença de loteamentos nas mediações do empreendimento, afirmado que constitui uma falha no planejamento de ocupação do espaço urbano. O estudo dispersão atmosférica recomenda que devem ser realizadas 4 campanhas, no período de 1 ano, para confirmar os resultados apresentados no modelo, considerando a medição de partículas totais, suspensas de material particulado (MP10) em 4 pontos de análises K, M, O, I e R. Entretanto, na condicionante número 4, ela fala em realizar o monitoramento da qualidade do ar, se necessário. Conforme estipulado pela conclusão da análise da PMQAR. E a minha dúvida, porque se necessário, se já não, seria conveniente tirar essa expressão: ‘se necessário’, pois tem que realizar o que já foi definido.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao inscrito José Gibran: “Boa tarde a todos, agradeço poder participar dessa reunião. E eu venho aqui a falar aqui com relação a atividade, estão sendo hoje, em pleno 2022, um empreendedor busca, solicita uma licença ambiental, sendo que nós como moradores, eu sou morador daqui, situado na zona mista, consolidada desde 1996, a mais de mais de 30 anos. Entendeu? Então, doravante, pelos pareceres únicos pelo parecer único, eu constatei, a minha formação é Engenheira de Minas, pela UFMG, eu sou engenheiro de Minas, e constatei várias, vamos dizer, indícios sobrepondo as legislações. Nesse caso, eu cito muito a página 23, onde afirma o parecer que há previsão do ultra lançamento definindo uma área de 500 m. Então, nesse ponto, eu venho questionar o seguinte: pode ocorrer o ultra lançamento? A legislação é bem clara com relação a isso e fala que não. A NR 16, que fala sobre relação com explosivos, no item 16.4, cita: não deve ocorrer lançamento de fragmentos de rocha além dos limites de segurança da mina. A ABNT NBR 99653 a guia de avaliação dos efeitos provocados pelos explosivos nas ações em áreas urbanas, no item 4.1, cita ultra lançamento: o ultra lançamento” não deve ocorrer além da área de operação do empreendimento. O artigo 37 do código de mineração rege o seguinte: a área de lavra será a adequada à condução técnica econômica dos trabalhos de extração e beneficiamento, respeitados os limites da área de pesquisa. Então, a área de pesquisa é o limite concedido na poligonal da Agência Nacional De Mineração. Então, com relação a isso, eu solicito que esse parecer seja indeferido, haja visto que coloca em risco a

1715 população da forma que está sendo colocado. A gente não impede a  
1716 mineração em área urbana. Mas o uso e ocupação do solo em superfície,  
1717 inclusive aqui no município de Lavras, não se admite, ou seja, é proibido  
1718 o uso do solo urbano nas zonas mistas, ou seja, nessas locais onde já  
1719 estão os loteamentos desde 1996. Então é, seria uma é, eu acho que um  
1720 até uma certa discrepância, se autorizar um distanciamento ambiental em  
1721 2022, em uma área urbana, já consolidada desde 1996. Então eu fico  
1722 preocupado, principalmente porque veja bem, a área definida com relação  
1723 a esse limite de 500m torna-se a maior do que a área de influência direta  
1724 definida no EIA Rima. Ou seja, então, o que que está acontecendo? Ao  
1725 conceder essa licença, pode ocorrer o ultra lançamento, porque estaria  
1726 dentro das 500m, que além de ser acima da área de influência direta,  
1727 extrapola o limite da poligonal, concedida pela Agência Nacional de  
1728 Mineração. Então, nós temos um representante da Agência Nacional que  
1729 pode muito bem esclarecer sobre isso. Porque vai sair do limite da  
1730 poligonal. Ou seja, podem se permitir, pode cair uma perda ou alguma  
1731 coisa numa pessoa há quase 500 m. Sendo que pela pelas figuras tanto  
1732 da página 5, quanto da página 11, nota-se que os loteamentos estão a  
1733 200 e poucos metros. Então, ao se lançar 500 m, qual a responsabilidade  
1734 civil e criminal da Supram em relação essa população? Vai ter que ser  
1735 retirada toda vez que vou fazer um desmonte? Então, eu acredito o  
1736 seguinte, o plano de desmonte plano não pode ser esse, conforme está  
1737 no parecer único. Porque põe em risco a população ou então toda vez  
1738 que for realizado um desmonte, terá que ser retirado quase 5.000  
1739 habitantes, que moram no entorno, para uma área segura, para que possa  
1740 ser realizado o desmonte de rocha. Então, eu entendo que esse parecer  
1741 deve ser indefinido de plano, principalmente por pelo não cumprimento  
1742 das legislações, tanto da Agência Nacional De Mineração, como das  
1743 normas ABNT como das normas reguladoras da mineração. No mais,  
1744 agradeço, entendeu? Me expondo que eu acho que é, torna-se difícil a se  
1745 aceitar a gente morando aqui há mais de 30 anos, um licenciamento sobre  
1746 a gente, feito dessa forma absurda na minha opinião, no meu contexto.  
1747 Eu acho que a mineração é importante. É, mas se não pode usar o ser  
1748 humano, que tenha lavra subterrânea, que tenha outro tipo de desmonte,  
1749 um pouco mais expansiva. Qualquer forma, mas dessa forma que está  
1750 proposto nesse parecer, está colocando em risco a população do  
1751 município. Eu acho que eu tenho que ser contra essa situação. Espero  
1752 que o pessoal do conselho seja comparecente com o meu relato.". O  
1753 Presidente Yuri Trovão passa ao conselheiro Luiz Henrique Passos  
1754 Rezende (ANM): "O senhor Gibran falou sobre a manifestação do  
1755 conselheiro da ANM, é bom a gente prestar alguns esclarecimentos aí.  
1756 Na questão técnica que a gente está no papel aqui, não de avaliar o  
1757 processo tecnicamente, mas como representantes da sociedade, essa

1758 coisa toda. A minha formação não é engenharia de Minas na ANM, hoje  
1759 eu trabalho com barragens, eu sou Engenheiro Civil, especialista em  
1760 segurança de barragens. Mas é o que ele levantou, alguns pontos são  
1761 pertinentes. Em uma época, no questão ambiental, a gente estava  
1762 analisando o ultralançamento (projeção de fragmentos de rochas de  
1763 qualquer tamanho a elevadas distâncias). O Senhor Gibran diz assim,  
1764 que tem um limite de 200 e o projeto coloca 500m, isso chega a ser  
1765 preocupante. Então, eu acho que a equipe técnica, tanto da Supram,  
1766 quanto da empresa que deve estar representada, deveria esclarecer  
1767 essas dúvidas que foi levantado pelo Gibran. Para que os conselheiros  
1768 tenham mais condição de julgarem, na verdade. E eu gostaria de ouvir a  
1769 opinião do Doutor Orsini sobre o em que se foi falado, porque ele tem  
1770 expertise nesse tipo de coisa.". O Presidente Yuri Trovão passa a palavra  
1771 ao conselheiro Carlos Eduardo Orsinie (SME): "O que a gente tem que  
1772 ver exatamente, é isso que o Gibran falou. Se isso tem fundamento eu  
1773 acredito que esses aspectos, deveriam ser avaliados também, viu Luiz  
1774 Henrique, pela equipe da Supram de Varginha (SM). Eu gostaria também  
1775 de ouvi-los para verificar que tipo de problema que há entre a população  
1776 e a área urbana, com relação ao próprio funcionamento dessa jazida de  
1777 brita. Então, a gente aqui por aqui não tem muito jeito de fazer uma análise  
1778 mais adequada, pelo menos o que eu pude ver no Parecer único. Não  
1779 teria grandes problemas, mas foi levantado pelo Gibran, acredito que  
1780 mereceria uma pontuação da equipe da Supram Sul de Minas. É esse o  
1781 meu posicionamento.". O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao  
1782 conselheiro Pedro Lima (ProMutica): "O Yuri com base no depoimento do  
1783 Gibran e nas ponderações do Orsini, eu não sei se cabe aqui, pois é a  
1784 minha primeira vez que o conselho, mas eu gostaria de sugerir, talvez o  
1785 adiamento dessa votação, desse processo, para os conselheiros  
1786 avaliarem essa questão aí da do impacto na população dos e dos riscos  
1787 do estilhaço atingirem da região.". O Presidente Yuri Trovão toma a  
1788 palavra: "Pedro, a questão é o seguinte, esse pedido aí seria uma  
1789 diligência, e a diligência é quando um conselheiro ele solicita alguma  
1790 informação que não pode ser prestada, temos o conceito no Regimento  
1791 Interno da Deliberação Copam nº 177/2012, quando o conselheiro solicita  
1792 em manifestação, uma informação do órgão ambiental e o órgão  
1793 ambiental não pode prestar a informação no momento da reunião. Então,  
1794 nesse caso, baixa-se o processo em diligência para sanar essa dúvida,  
1795 trazendo ele posteriormente. Como a equipe da sua Supram Sul ainda  
1796 não se manifestou em que pese a sua solicitação, vamos primeiro ouvir a  
1797 equipe da Supram Sul. Porque para baixar em diligência ou retirada de  
1798 pauta, precisamos ter uma utilidade nisso. Por exemplo, vamos supor,  
1799 baixa o processo em diligência. Então a equipe da Suprem Sul diz: não  
1800 adianta, porque a informação já tem, a informação é essa. Se ele tirar

1801 esse processo de pauta, a informação que vou trazer é a mesma que nós  
1802 temos aqui neste momento. Então, eu vou aguardar a manifestação da  
1803 equipe da Supram Sul, para depois tomar essa decisão. Lembrando que  
1804 a baixa em diligência ou a a retirada de ponto de pauta é uma  
1805 discricionariedade do presidente, mas eu sempre faço, mediante  
1806 solicitação do conselheiro, e desde que amparada na possibilidade, na  
1807 avaliação da equipe que fez a análise do processo de licenciamento  
1808 ambiental.". O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao Conselheiro  
1809 Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): "É só porque eu vi no Parecer aqui,  
1810 que tem alguns itens que se pode utilizar desmonte a frio, que não produz  
1811 ruído e não gera fragmentos e lá na frente ele fala do desmonte. Na figura  
1812 11, ele **mostra** uma linha branca, sabe? Eu estava me perguntando se  
1813 essa linha branca não deveria ser uma faixa branca. Falando que naquele  
1814 lugar ali não poderia ter gente passando. Como o pessoal vai esclarecer  
1815 sobre o desmonte, com certeza eles vão falar sobre isso. ". O Presidente  
1816 Yuri Trovão passa a palavra inscrito Ricardo Penna: "Boa tarde! Sobre a  
1817 figura 11, eu queria esclarecer que a linha em amarelo é uma distância  
1818 segura. Antes de falar dessas, e eu queria dizer que nós chegamos, nós,  
1819 qualquer empresa que nós contratamos chegou nessas instâncias. Isso  
1820 foi realizado modelamento matemático, baseado nas cargas por esferas  
1821 de histórico de muitas detonações que já foram realizadas na empresa,  
1822 baseado nessas cargas por esferas existentes, foi feito o modelamento  
1823 matemático que definiu esses raios de proteção que estão na figura 11.  
1824 Bem, o primeiro raio em amarelo foi definido no parecer, com uma  
1825 distância segura. Eu interpreto dentro desses 130m de raio, importante  
1826 ressaltar que, esses 130m terem sido medidos do centro da cava e não  
1827 dos limites do empreendimento. Então esses 130m seriam uma distância  
1828 segura que a gente interpreta para uma área totalmente segura, está fora  
1829 dela, obviamente. 500 m medidos do centro da cava, seria o limite definido  
1830 pelo modelamento matemático para os outros lançamentos. E a gente  
1831 observa na figura, ao contrário do que o senhor Gibran falou, que elas não  
1832 atingem os 500 metros, não atinge nenhum, nenhuma moradia, chega no  
1833 limite, mas não atinge nenhuma moradia. E os 800 metros referem-se a  
1834 um monitoramento remoto. A questão de ultra lançamento, senhores  
1835 conselheiros e conselheiras, a indústria de Cal SN apresentou no  
1836 EIA/RIMA, mais de 50 monitoramentos de desmontes realizados, se não  
1837 me falha a memória, desde 2007 ou 2017, eu não me recordo agora. Mas,  
1838 o fato é que de todos esses desmontes monitorados, não houve sequer  
1839 um ultra lançamento durante todo esse período. O Que eu tinha para  
1840 dizer sobre isso, por enquanto é isso. Eu me coloco à disposição do  
1841 conselho para mais esclarecimentos, caso necessário.". O Presidente  
1842 Yuri Trovão passa a palavra a Ludmila (Supram SM): "Agradecer o  
1843 Ricardo. Eu achei que seria importante ele colocar por parte da empresa

1844 essas colocações que são similares às que eu traria aqui também e vou  
1845 reiterá-las. Vou voltar ao início da primeira intervenção sobre a questão  
1846 da condicionante do monitoramento, foi colocado no parecer realmente,  
1847 que é a nossa condicionante padrão sobre o monitoramento da qualidade  
1848 do ar, considerando que a responsabilidade desse monitoramento e  
1849 acompanhamento é da FEAM, dentro de uma gerência específica da  
1850 FEAM que faz o acompanhamento do território de Minas Gerais. Mas,  
1851 Supram Sul de Minas não se furtar em alterar essa condicionante,  
1852 colocando exatamente como está sugerido no corpo do parecer, da  
1853 realização desse monitoramento pelo período de 1 ano só para confirmar  
1854 esses dados da modelagem, e a partir daí o monitoramento seguiria  
1855 conforme a orientação da própria FEAM. A gente não tem nenhuma  
1856 restrição com relação a isso. É só pela padronização que a gente tem  
1857 buscado entre as Supramps. Que a gente acabou colocando dessa  
1858 maneira, mas não tem problema não. Com relação ao lançamento, a  
1859 minha argumentação vem bem dentro daquela que foi colocada pelo  
1860 Ricardo. Na verdade, toda a documentação das modelagens na verdade,  
1861 solicitou várias modelagens para a empresa e essa foi uma delas. E o que  
1862 nos foi apresentado é que a segurança e normalmente, a forma que a  
1863 empresa opera, fica dentro de 130m. Os 500m seriam uma proteção  
1864 especial, exatamente por estar numa zona mista, que a gente acata essa  
1865 proteção. Essa solicitação durante as explosões, de não ter gente  
1866 transitando, uma comunicação com a comunidade em a empresa  
1867 avaliando que os 500m estariam a partir do ponto da explosão que está  
1868 sendo realizada naquele momento. Lembrando que a área que a empresa  
1869 ocupa hoje, se todos olharem a imagem e puderem observar a ADA da  
1870 empresa, pelo que nos foi informado, as principais detonações ainda vão  
1871 acontecer por um bom tempo ao fundo da imagem da cava, mais para  
1872 cima da imagem, quando a gente pode observar o que deixa mais distante  
1873 da comunidade do entorno, a área das explosões. Então seria uma  
1874 precaução, uma vez que a gente teve vários questionamentos durante a  
1875 audiência pública sobre a segurança do entorno. Essa questão da adoção  
1876 dos procedimentos de não transitar desses 500m, quando das  
1877 detonações. Lembrando que, de acordo com o estudo, Ricardo me corrija  
1878 se eu tiver errada, mas são 2 detonações por mês, previstas na  
1879 exploração da Cal SN. Tem mais alguma coisa que eu deixei passar  
1880 Presidente? Eu acho que respondi tudo. Só para finalizar, com relação a  
1881 fala do senhor Gibran, a gente entende que a área de influência direta do  
1882 empreendimento foi devidamente estudada até além dela, lembrando que  
1883 a área de influência é uma área determinada no estudo. Ela não é  
1884 estanque, ela é determinada no estudo por um somatório de  
1885 questionamentos, inclusive as modelagens que foram realizadas e todas  
1886 elas mostraram que a área de influência determinada no estudo está de

1887 acordo com toda a legislação do que se preconiza, como área de  
1888 influência direta do empreendimento. Então, eu não vejo necessidade de  
1889 revê-la não. A Supram Sul de Minas, só para concluir, presidente, ela está  
1890 de acordo com a alteração prevista na condicionante e aí o senhor prefere  
1891 que eu já faça aqui uma redação para a gente colocar ou a gente só  
1892 informa que vai trazer, conforme está no texto para condicionante, a gente  
1893 pode votar, e eu faço a alteração do parecer assim que concluir a reunião.  
1894 O Presidente Yuri Trovão sugere à Ludmila que realize a redação da  
1895 condicionante a ser alterada e na sequência lê uma pergunta do  
1896 conselheiro Paulo, no chat: “E quanto ao avanço da urbanização? Os  
1897 lotes estão no limite da linha laranja, algum cuidado vai ser tomado?”. Na  
1898 sequência a Ludmila (Supram SM): “Conselheiro, a gente tem entrado, na  
1899 verdade, existe um contato muito próximo com a prefeitura de Lavras  
1900 desde o início do processo, não só com eles, mas com o Ministério Público  
1901 também. A gente entende que houve uma questão relacionada à  
1902 urbanização da ocupação urbana no entorno da Cal SN, que já existe  
1903 desde 1992, já opera desde 1992 então, toda essa distribuição da  
1904 urbanização, já está sendo e vem sendo discutida com a prefeitura de  
1905 Lavras, que autorizou tantos os lotes quanto a operação da Cal SN, por  
1906 meio das suas declarações. É importante ressaltar que a informação que  
1907 a Supram Sul de Minas tem é que os lotes, neste momento, são  
1908 embargados. Então a gente fez algumas orientações com relação à  
1909 ocupação desses lotes, e já me coloquei a disposição do Codema de  
1910 Lavras para fazer uma explanação dos resultados todos que a gente teve  
1911 nesse parecer, para auxiliá-los na tomada de decisão, com relação a esta  
1912 ocupação no entorno. Consta no processo, por óbvio, a declaração de  
1913 conformidade do município.”. O Presidente Yuri Trovão passa a palavra  
1914 ao conselheiro Carlos Eduardo Orsini (SME): “Presidente, eu fiquei de me  
1915 pronunciar após ouvir a explanação da Supram Sul de Minas, na pessoa  
1916 da Dra. Ludmila e eu estou convencido que é o seguinte: se trata de uma  
1917 LOC, uma Licença de Operação Corretiva, baseada num segmento que  
1918 é um LAS /RAS. Pela própria característica que eles já vinham fazendo  
1919 da operação e daí para frente. Então eu não vejo, até respondendo ao  
1920 meu colega Luiz Henrique, eu me sinto extremamente confortável em  
1921 aprovar isso. Eu acho que a posição e as considerações colocadas pela  
1922 Ludmila, para mim são muito sérias, são sérias, são contundentes com a  
1923 realidade. Eu não conheço detalhadamente a região não, mas imagino  
1924 que nós temos sempre esse conflito das chamadas expansões urbanas  
1925 em cima de minerações antigas. Então essa convivência eu acho que,  
1926 inclusive pelos aspectos que foram salientados, esta convivência parece  
1927 extremamente adequada. Eu não vejo nenhum problema a mais em votar  
1928 isso não. Para mim está muito claro e perfeitamente ponderado pela  
1929 Supram Sul de Minas. ”. O Presidente Yuri Trovão coloca o item 9.1

1930 Indústria de Cal SN Ltda. - Extração de rocha para produção de britas em  
 1931 votação: **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ)**  
 1932 **ANOS.** Votos favoráveis: Segov, Sede, Codemig, ANM, Sindieextra,  
 1933 Fiemg, Relictos, SME. Abstenção: ProMutuca e Abes (Justificativa:  
 1934 ambas não sentem segurança para a população, mesmo não tendo  
 1935 acontecido nenhum acidente, ninguém garantiu que não possa  
 1936 acontecer). Ausentes: Ibama, Sedese. O Presidente Yuri Trovão coloca  
 1937 em votação a alteração da condicionante nº 04 do Anexo I, com o  
 1938 seguinte texto: “Em relação as emissões atmosféricas, devem ser  
 1939 realizadas 4 (quatro) campanhas, no período de um ano, para confirmar  
 1940 os resultados apresentados no modelo, considerando: Medição de PTS e  
 1941 MP10; 4 (quatro) pontos de análise, sejam eles: K, M, O e R; ressaltando  
 1942 que as datas escolhidas representem a atividade plena da empresa,  
 1943 incluindo detonações, beneficiamento e transporte de minério. Prazo: 1  
 1944 (um) ano.”. O presidente solicita a manifestação do inscrito, representante  
 1945 da empresa Ricardo Penna: “Conselheiros, nós estamos de acordo com  
 1946 a alteração do Parecer.”. Votos favoráveis: Segov, Sede, Codemig,  
 1947 Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME, Abes. Ausentes: Ibama,  
 1948 Sedese, ANM. 9.2 Mineração e Comércio de Pedras Mandembe Ltda. -  
 1949 Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para  
 1950 transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos  
 1951 minerários - Luminárias/MG - PA/Nº 00135/1999/007/2019 - SEI/Nº  
 1952 1370.01.0012307/2020-15 - ANM: 831.036/19833 - Classe 4 (conforme  
 1953 Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM.  
**CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 08 (OITO) ANOS.**  
 1954 Favoráveis: Segov, Sede, Codemig, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos,  
 1955 SME Abes. Abstenção: ProMutuca, (Justificativa: por não ter tido tempo  
 1956 para analisar o processo). Ausências: Sedese e Ibama. O Presidente Yuri  
Trovão coloca a Moção proposta pelo Conselheiro Paganini em  
 1958 discussão: “Os conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias – CMI,  
 1959 do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, em sua 83<sup>a</sup>  
 1960 Reunião Ordinária, realizada em 28 de janeiro de 2022, às 9h, no  
 1961 Município de Belo Horizonte/MG, com fulcro no artigo 19 do Decreto  
 1962 46.953, de 23 de fevereiro de 2016 e artigo 5º, inciso IV da Deliberação  
 1963 Normativa Copam nº 177 de 22 de agosto de 2012, preocupados com a  
 1964 manutenção do Decreto Federal nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022, que  
 1965 dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes  
 1966 no território nacional; e considerando os impactos irreversíveis  
 1967 ambientais e ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e  
 1968 paisagístico, que podem vir a ocorrer; Considerado a ameaça de  
 1969 destruição da biodiversidade nas dos referidos locais; Considerando os  
 1970 riscos sanitários na eventual internação indevida entre humanos e os  
 1971 animais silvestres que perderam seu habitat natural; ‘ Manifestam repúdio

1973 ao referido decreto e solicitam à Presidência da República a revogação  
1974 do Decreto Federal nº 10.935, de 12 de janeiro 2022.''. **MOÇÃO**  
1975 **REPROVADA.** Votos favoráveis à moção: Relictos e ProMutuca. Votos  
1976 contrários à moção: Sindextra, Fiemp e SME (Justificativas semelhantes:  
1977 por entenderem que esse decreto privilegia a técnica e a engenharia na  
1978 avaliação dos impactos em cavidades). Abstenções à moção: Segov e  
1979 Codemig, (Justificativas semelhantes: julgam temerário se posicionar  
1980 sobre algo que está sendo discutido judicialmente) Sedese (Chat), Sede  
1981 e Abes. (Justificativas semelhantes: o item não estava na pauta e não  
1982 sentem segurança para se posicionar), ANM (eu não me aprofundei  
1983 na matéria, trata-se de um assunto que tem que ser muito bem debatido,  
1984 além de ser uma postura de Governo Federal e não cabe a mim  
1985 questionar). Ausente: Ibama. **10. ENCERRAMENTO.** Não havendo  
1986 outros assuntos a serem tratados, o Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
1987 Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão,  
1988 da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

1993 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
1994 Presidente da Câmara de Atividades Minerárias  
1995